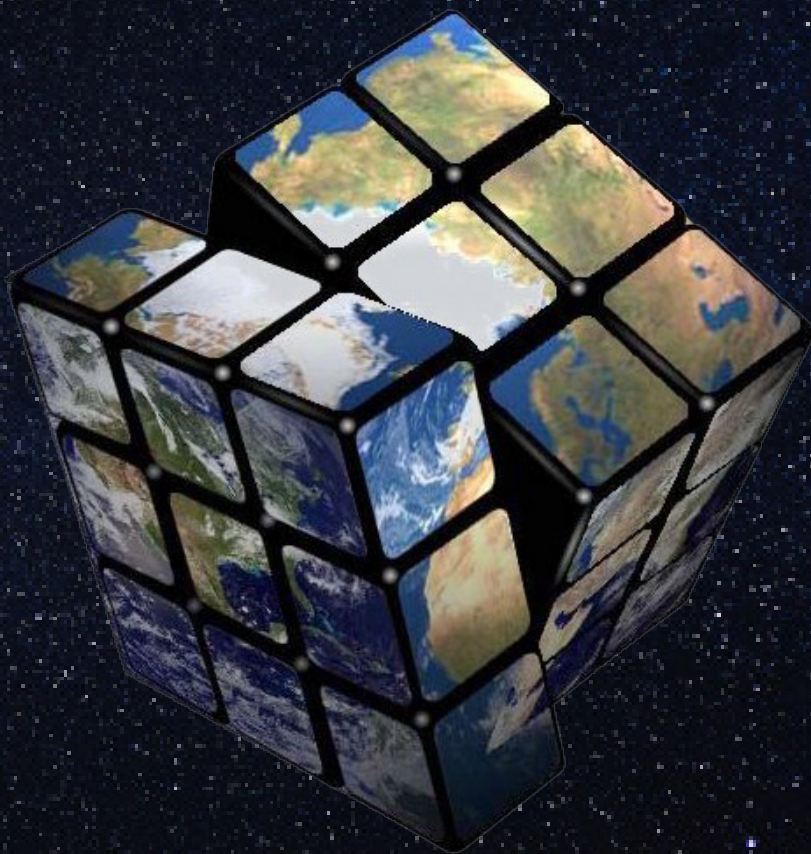


Fanzine



Número 6 | Dezembro 2021

ALTERAÇÕES



EDITORIAL

A Lenda de Hiram, mito primordial da Maçonaria, é uma narrativa que assume diferentes variantes, consoante a Tradição Maçónica na qual é contada. Na versão do Rito Francês, um dos seus aspetos intrínsecos é que integra em si os conceitos de alteração, e de reação ao novo paradigma com vista a uma evolução. A rotura provocada pelo assassinato do Arquitecto, detentor de uma Palavra Una, Transcendente e incontestável, impõe a necessidade da substituição desta por uma nova Palavra, património comum dos Mestres, que por não ser tão perfeita é múltipla, e como tal potencialmente interpretável de forma diferente por cada Irmão, no livre exercício da sua Razão. Congregar todas estas Palavras individuais num denominador comum, que permita prosseguir a Construção do Templo, analogia da Sociedade, é o desafio que se apresenta a todo o Irmão ou Irmã, que trabalhe neste Rito, enquanto Cidadão Republicano empenhado no Progresso da sua Comunidade.

As profundas alterações a que estamos a assistir no nosso espaço físico, tornaram anacrónica a perspetiva Cartesiana, que considerava a natureza como um conjunto de objetos disponíveis aos seres humanos, sendo os restantes seres vivos mera matéria, organizada de forma complexa, e como tal um recurso infinito de que a Espécie Humana se podia valer sem quaisquer escrúpulos. Pelo contrário, as perspetivas científicas atuais permitiram que o Homem se tenha redescoberto como parte da natureza, elemento de um ecossistema finito e limitado, em profunda crise devido à constante agressão proveniente da atividade humana. Se o progresso científico está na origem da situação atual, também se encontra na ciência a possibilidade de desenvolvimento de cenários, que podem conduzir à gestão racional da crise ambiental, e das suas consequências sociais.

No entanto, democracia não é tecnocracia, e se no âmbito científico tudo se processa no reino dos factos, já no domínio político é no reino dos valores que terá de ser encontrada uma nova Palavra, que permita respeitar o princípio do *“imperativo da responsabilidade humana”*, enunciado pelo filósofo alemão Hans Jonas na década de 70: *“Aja de modo que os efeitos das suas ações sejam compatíveis com a permanência da autêntica vida humana na Terra”*. Imperativo este para o qual a nossa sensibilidade de Maçons do Rito Francês nos faz desejar, que esta permanência se concretize com mais **JUSTIÇA**, e com mais **UNIÃO**.

Escolhemos, pois, o tema genérico de *“Alterações”* para este número 6 da FANZINE, procurando trazer algumas reflexões relativamente a questões atuais, que poderão ajudar a que cada um encontre o melhor sentido para a sua Palavra Substituída nestas matérias, por forma a que a mesma possa ser um contributo útil à participação em ações na Cidade. Estas deverão, naturalmente, ter por base o Humano, e serem destinadas a que, numa eterna lógica de **CONSTRUÇÃO**, **DECONSTRUÇÃO**, e **RECONSTRUÇÃO**, das *“Alterações”* se possam vir a perspetivar *“Evoluções”*.

Joaquim Grave dos Santos



ÍNDICE

1 - EDITORIAL

Joaquim Grave dos Santos

TEMA DE CAPA

3 - A INSUSTENTABILIDADE DO CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

João G.

9 - ALTERAÇÕES NOVAS MIGRAÇÕES, DIGITALIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE

João Constantino

12 - ENERGIAS ALTERNATIVAS PARA SALVAÇÃO DO AMBIENTE, OU TALVEZ NÃO

António Gargaté

15 - NÃO HÁ SAÚDE SEM SAÚDE MENTAL - O IMPACTO PSICOLÓGICO DA COVID-19

N Dias Pereira

18 - LIBERDADE, IGUALDADE, SORORIDADE

Manuela Niza

24 - SAMARCANDE EN MISSION

Basile Abaji

25 - “QUANDO O SABER PENSAR NÃO CHEGA, QUANDO A INDIGNAÇÃO NÃO BASTA, QUANDO O AGIR É PRECISO...”

Carlos Simões

30 - HORIZONTES

Alberto Lourenço

RITO FRANCÊS

31 - A POSSÍVEL SOBREVIVÊNCIA DAS ORDENS DO RITO FRANCÊS EM PORTUGAL E NO BRASIL

Joaquim Grave dos Santos

PORTUGAL ENTRE COLUNAS

37 - O 5 DE OUTUBRO NO PORTO

António Pais

DEGUSTAÇÕES

39 - JOABEN N.º 17 - JUNHO 2021 - “RAISON, RUMEURS ET VÉRITÉ”

41 - “CURIOSITÉS MAÇONNIQUES” de PIERRE MOLLIER

Publicação digital do

SOBERANO CAPÍTULO
FRATERNIDADE
ao Vale de Lisboa

GRANDE CAPÍTULO GERAL DE
PORTUGAL - RITO FRANCÊS

Contacto: fanzine81@gmail.com

Diretor

ALBERTO LOURENÇO

Editor

JOAQUIM GRAVE DOS SANTOS

conselho editorial

ANTÓNIO GARGATÉ
NUNO DIAS PEREIRA
NUNO DE SOUSA NEVES
JAIME FREITAS
RICARDO GAIO ALVES
Design
JOÃO G.



S.A. FRATERNIDADE
G.A. G.P. - R.F.
6009

TEMA DE CAPA



Imagem Direitos Reservados/ "Save the Eages International"¹

A INSUSTENTABILIDADE DO CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

negativista. *adj. m. e f. (De negativo + suf.-ista). 1. Que demonstra rejeição e negação da existência de certas realidades, ideias, crença. Atitude negativista. É uma pessoa muito negativista. 2. Psiq. Que oferece resistência sistemática a todos os estímulos ou solicitações exteriores.*¹

Começo por escrever este artigo na certeza e convicção incondicional da minha admiração e respeito pela natureza e a tudo aquilo que ela nos oferece, desde o oxigénio que nos permite respirar, a comida que nos fornece energia até às suas belezas naturais que todos os dias nos deixam gratos e cientes do seu valor. Também não reivindico ser um perito em questões ambientais ou quaisquer outras ciências naturais, mas apenas um cidadão que, não obstante querer preservar e viver num ambiente do qual sou parte e sem o qual não sobreviveria, sou esmagado pelas opiniões, informação, contrainformação e, consequentemente, a desinformação que diariamente anuncia o cataclismo resultante das

alterações climáticas, bem como a inevitabilidade que nos espera – o fim do mundo ou, pelo menos, da Humanidade.

Este tem sido um discurso cada vez mais frequente e agressivo. Cientistas, políticos, activistas, economistas, crentes, ideólogos e demais disparam em todas as direcções. Uns prevêm o fim da Humanidade devido ao aquecimento global causado pela actividade humana e através da qual tem-se verificado um aumento exponencial de CO₂ na atmosfera, e que se estima atingir as 420ppm em 2022², resultando no efeito de estufa e consequente aquecimento global. Outros defendem que as

alterações que se têm verificado, nada mais são do que comportamentos naturais, cíclicos e próprios da natureza tais como a variação da órbita da Terra à volta do Sol e o aumento das explosões solares que, consequentemente, geram um maior aquecimento da superfície terrestre. Ambos os lados defendem os seus argumentos de forma convicta e determinada, se não mesmo de forma violenta, sem sequer considerar a outra posição. Talvez tenham razão. Ou talvez não!

Ano de 2017. Na Austrália, assiste-se às notícias e à reportagem de uma das várias manifestações pró-ambiente durante a qual uma criança, de 8 ou 9 anos de idade, chora compulsivamente enquanto é entrevistada pela jornalista ao mesmo tempo que prevê que se os adultos, aqueles que serão os responsáveis pela crise ambiental, mas que também serão os únicos capazes de travar o aquecimento global, nada fizerem serão, então, os responsáveis pelo fim do mundo e de negar-lhe a oportunidade de crescer e viver. Ao ver tais imagens não pude também deixar de lamentar-me. Mas ao contrário daquela criança, lamentava-me pela paródia a que assistia. Sem prejuízo da dignidade, direitos e capacidade intelectual, cujos conhecimentos científicos certamente ainda não seriam os mais aprofundados, ficou evidente a sua instrumentalização no meio de todo um fanatismo que gritava e insultava todos aqueles que não se juntavam ao seu movimento ou que manifestavam opinião diversa, não quanto ao objectivo, mas à forma de lá chegar. E o cenário repete-se em outros movimentos por todo o mundo.

Também durante aquele período, no estado de Victoria, um estado australiano que se autointitula orgulhosamente de ser o mais “Verde” da Austrália, a desativação de todas as centrais de carvão e a utilização de meios de autossustentabilidade energética, através do recurso às energias solares e eólicas, deixou orgulhosa toda uma classe política, bem como uma minoria da população, independentemente e sem terem em conta as consequências dos dois apagões que entretanto viriam a atingir toda a população daquele estado e deixá-los sem electricidade durante três dias, havendo a necessidade de se manter os serviços mínimos, tal como os de saúde, a funcionar à custa de milhares de geradores alimentados por combustíveis fósseis. E, é claro, recorrerem ao fornecimento de electricidade de outros estados produzidos através de centrais

termoeléctricas e que utilizam combustíveis fósseis. O facto de muitas famílias perderem milhares de toneladas de alimentos devido à impossibilidade de os frigoríficos funcionarem, bem como as crianças e idosos mais desprotegidos que acabaram no hospital devido à falha dos aparelhos de ar condicionado cujo funcionamento combatia a onda de calor que se fazia sentir não fez travar o ímpeto do movimento pela sustentabilidade ambiental.



Mais recente, a organização pró-ambientalista “Extinction rebellion”, assim como outras, têm vindo a manifestar-se através de ações que nada mais têm feito do que causar distúrbios ao dia-a-dia dos cidadãos, como por exemplo colarem-se nas vias públicas, implicando a intervenção dos agentes de segurança e saúde, e consequentemente desviando-os de situações de verdadeira emergência, ao mesmo tempo que impedem a circulação dos transeuntes e automóveis (parados no trânsito e a emitir mais gases como o monóxido de carbono para a atmosfera). E foi no meio deste protesto que se deu o trágico caso de uma senhora que, bloqueada naquele caos, acabou por não chegar a tempo de se despedir da sua mãe em estado terminal. O mesmo sucede com os serviços de emergência que se vêm impedidos de chegar aos incidentes em tempo útil. Também em Londres, dois ativistas daquela organização, decidiram manifestar-se, subindo para cima de uma carruagem do metro em Londres, consequentemente obrigando à paragem da circulação daquela linha. Resultado: um dos ativistas foi agredido pelos passageiros em fúria e dezenas de passageiros viram-se na necessidade de apanhar táxis para chegarem aos seus empregos. Mais gases poluentes para a atmosfera!

Neste contexto, eis que surge a congressista democrata Alexandria Ocasio-Cortez, apelidada de progressista, e que apresentou no congresso

norte-americano o seu “*Green New Deal*”³, no qual propõe soluções milagrosas para se acabar com a emissão de gases poluentes e criar empregos verdes e sustentáveis, e assim garantir a sobrevivência da humanidade. Algumas das suas principais propostas passavam por acabar com todos os combustíveis fósseis; fechar todas as centrais nucleares; acabar com as vacas. Sim! É verdade! Acabar com as vacas que ao emitirem gás metano para a atmosfera provocam o aumento do efeito de estufa. Talvez devêssemos acabar com todos os seres humanos para acabar com a emissão de gases. Também propunha acabar com a utilização de todos os aviões, renovar TODOS os edifícios velhos e pouco eficientes nos E.U.A. de forma a tornarem-se mais amigos do ambiente. Ao ler o seu projeto, a primeira reação foi a de incredulidade, se não mesmo de humor, não fosse esta uma questão tão séria que, na minha modesta opinião de mero cidadão, que aspira a algum racionalismo, não deveria ser tratada de forma tão absurda por alguém com responsabilidades públicas. E como se propõe implementar estas medidas? Como se propõe pagar os custos associados ao seu plano estimado em 49.109 mil milhares de milhões de dólares e a ser concretizado em dez anos? Onde seriam realojadas as milhares de famílias cujos prédios seriam demolidos para dar lugar a novos e “amigos do ambiente”? Continuo a aguardar por respostas concretas. Até hoje...nada! O mesmo “*nada*” proposto pela activista Greta Thunberg que, ao invés daqueles com estudos aprofundados sobre uma questão de imensurável dificuldade, limita-se a vomitar acusações e insultos e...blá, blá, blá!

Ao ler este plano para dez anos, não pude deixar de recordar os cientistas que já desde meados do Séc. XIX vêm a alertar para determinados comportamentos humanos que, inevitavelmente, trariam consequências negativas para o meio ambiente a curto prazo. Um deles, e talvez o que melhor me recordo por ser aquele cujas obras tenho lido repetidamente e com afincos e que já em Dezembro de 1985, durante uma audição numa comissão do senado norte-americano⁴, alertava para

os efeitos de estufa causados pelo crescente aumento de CO₂ na atmosfera e a necessidade de o Homem inverter esta situação através do desenvolvimento de novas tecnologias capazes de sustentar as exigências energéticas, mas ao mesmo tempo causar o mínimo impacto ambiental. Uma proposta baseada na capacidade, engenho e racionalismo do Homem. Infelizmente, nem todos deram ouvidos! Ou pelo menos, aqueles que tinham a capacidade e o poder para o fazer. Mas aquela era uma análise e propostas a médio-longo prazo a serem tidas em conta, ao contrário das medidas radicais que se esperam agora concretizadas em metas irrealistas e cujas consequências futuras são hoje totalmente imprevisíveis uma vez que os resultados futuros são ainda desconhecidos.



Carl Sagan / Direitos Reservados National Geographic

Mas, voltemos à proposta de acabar com os aviões! Ora aí temos uma solução inteligente e útil (?) que talvez alguém pudesse ter proposto aos participantes da cimeira Cop26⁵ realizada este ano em Glasgow, evitando desta forma os milhares de toneladas de emissões poluentes emitidos pelas centenas de jactos privados utilizados para voar até àquela cidade e da qual resultou, mais uma vez, uma mão cheia de novas promessas a não ser medidas de redução de subsídios, protecção das florestas e a redução de utilização de carvão e, também,

o novo adiamento para um acordo a nível global, uma vez que a delegação da Índia acordou com um *phase-down*, mas não o *phase-out* deste combustível fóssil. Sem falar da ausência da participação dos líderes da Rússia e China, cujos países emitem 5% e 28% de todas as emissões de CO₂ a nível mundial, respectivamente.

Resoluções imponderadas que já foram qualificadas como “*low resolution thinking*” pelo psicólogo-clínico canadiano Jordan Peterson, que durante dois anos integrou um painel das Nações Unidas para analisar o impacto social das alterações ambientais. Uma forma de raciocínio associado ao politicamente correcto e ideologia pós-modernista que, nas palavras do autor, não passa de uma elevação

da postura moral do homem sobre a verdade que coloca os seus próprios sentimentos e emoções acima do raciocínio lógico e com efeitos exequíveis e realistas. Afinal, que fácil que é defenderem-se medidas quando se está de barriga cheia sem pensar nas consequências para os mais desfavorecidos, para os países subdesenvolvidos e para as crianças que passam fome.

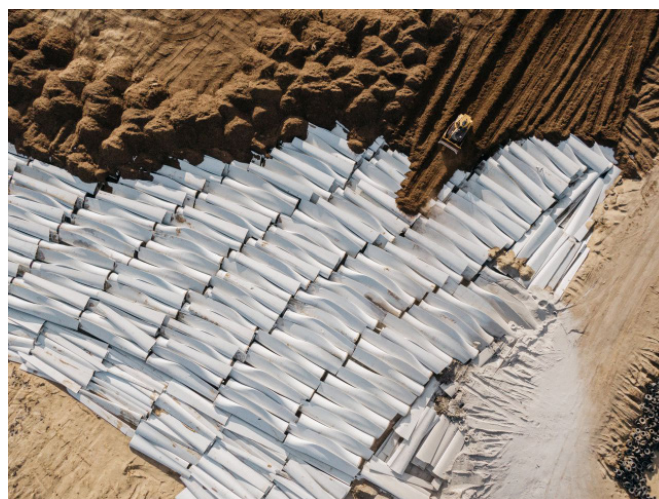


Considere-se, também, o artigo da Comissão Energética da Califórnia⁶ sobre a conversão do estado da Califórnia para um considerado “Estado Verde” e que tem “plantado” cada vez mais as já conhecidas “Quintas solares” que, na sua generalidade, produzem electricidade através de painéis solares que aquecem água de forma a criar vapor para alimentar turbinas ou pela simples conversão de luz solar em electricidade. Neste momento já são estimadas mais de 739 quintas a produzir um total de 11.889 Megawatts o que, de acordo com alguns estudos, significa a necessidade de se ocupar uma área de, aproximadamente, 30.000 hectares uma vez que são estimados 2,5 hectares de área ocupada para produzir 1mW. Um investimento que ronda os 12 milhões de dólares com um tempo de vida, na melhor das hipóteses, de 20 a 25 anos, e com custos de manutenção ainda por calcular tendo em conta que estes projectos são ainda recentes. Admirável! Mas não acaba aqui, pois a maior fonte de energia utilizada para satisfazer as necessidades daquele estado continua a ser a importação de electricidade produzida noutros estados vizinhos e produzida através de centrais de carvão uma vez que aquelas medidas de sustentabilidade, afinal não eram sustentáveis. Resultado: o aumento do preço da electricidade.

Pesquisando mais sobre o tema, num artigo da Scientific América, vem o autor explicar que as áreas ocupadas por aquelas quintas impedem a agricultura, essencial para garantir a subsistência de uma população crescente. Até porque muito do terreno coberto ainda era considerado cultivável

se não fosse regado com veneno para impedir o crescimento de vegetação, impedindo, assim, a produção de mais alimentos. Como se não bastasse, oficiais do instituto da Conservação animal daquele estado, apuraram que devido ao calor excessivo irradiado pelos painéis solares, centenas de pássaros morrem por mês, bem como milhares de abelhas e outros insectos que desempenham um papel fundamental na sustentabilidade da natureza, pois ao sobrevoarem mais baixo e junto aos painéis solares acabam por morrer, incapazes de escapar à exposição da luz irradiada e ao calor intenso. Outro efeito observado, é que a vastidão de painéis solares que criam um efeito visual semelhante a um lago e os pássaros acabam por morrer aos milhares quando embatem contra os mesmos na ilusão de que mergulham em água.

Além disso, não só a produção de painéis solares, na sua maioria compostos por microcristais de silício, arseneto de gálio, germânio, telureto de cádmio, selênio de cobre e índio e gálio, acabam por criar poluentes, como, também, só é possível a sua produção devido à utilização de combustíveis fósseis na indústria de transformação. Igualmente, químicos como ácido sulfúrico e outros gases que deixam resíduos poluentes tornam a sua reciclagem por enquanto difícil e com custos elevados. Ademais, os painéis solares não são totalmente recicláveis, e por isso, o que fazer com aquele “lixo”?



Também se deve referir os efeitos causados pelas turbinas eólicas, cujo custo/benefício ainda está por se determinar com maior exactidão. Se é verdade que, as turbinas já em funcionamento produzem energia eléctrica, também é verdade que têm causado um impacto que não se pode ignorar, como o facto das suas hélices não serem recicladas e já se verificar o crescente número de

aterros destes equipamentos devolutos, para além dos milhares de pássaros mortos pelas suas hélices e os hábitos de migração que estão a ser alterados de forma a evitar acidentes e que têm causado alterações significativas na estabilidade natural sem se imaginar as consequências para o ambiente. Não obstante, estes equipamentos de energias renováveis têm uma pequena desvantagem. E quando o vento para ou o sol desaparece? Recorrem-se à energia produzida pelas centrais termoelétricas alimentadas a carvão, que são custeadas para manterem-se em funcionamento como recurso sem, no entanto, aproveitar-se a energia produzida ou que no arranque de outras desligadas acaba-se por causar ainda mais poluição.

O mesmo se diga dos automóveis eléctricos. Um fenómeno relativamente recente. Actualmente já circulam por todo o mundo mais de 3 milhões de automóveis movidos a electricidade, seja ela através de baterias de lítio ou de hidrogénio. Pode-se aceitar que os custos associados poderão vir a diminuir com o aumento da sua produção e aquisição que hoje é inatingível para a esmagadora maioria dos consumidores. Mas poder-se-á esperar um efeito tão positivo quanto às baterias utilizadas para armazenar a electricidade? É que o custo da sua reciclagem continua, por enquanto, a ser superior ao do seu fabrico. Algo que poderá diminuir no futuro e aumentar a sua reciclagem. Mas pergunta-se, podemos confiar na bondade dos fabricantes de automóveis eléctricos para suportar estes custos, ainda que menores que os do fabrico? Da mesma forma, o que podemos esperar da vontade do legislador em garantir que tal aconteça?

Temos, assim, que não obstante os problemas inerentes a qualquer descoberta ou novidade, poderão ser ultrapassados no futuro com o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento e, como tal, os meios de sustentabilidade tornarem-se eles próprios verdadeiramente sustentáveis. Ou pelo menos, é essa a garantia que muitas organizações e activistas, através de relatórios “oficiais” têm defendido, tal como defendem as vantagens destes mesmos carros eléctricos. E fazem-no de forma intensa através de uma comunicação massiva nas redes sociais, chegando aos aparelhos digitais de milhões de utilizadores. Mas será que todos aqueles que defendem tal conversão radical leram o relatório da Amnistia Internacional⁷ que desmascarou a exploração de mão-de-obra infantil em África, e em especial na República Democrática do Congo, cujos dados apontam para a existência de, aproximadamente, 200.000 crianças que chegam a trabalhar em média 20h/dia nas minas de cobalto, um elemento essencial para o fabrico de baterias para carros eléctricos e de muitos aparelhos electrónicos portáteis. O cobalto extraído é exportado na sua maioria para a China de onde, depois de processado, é vendido em bruto ou já como componente de baterias.

Também se tem vindo a assistir a uma preocupante ingerência da política na ciência. Políticos e comentadores, muitos sem qualquer formação académica ou científica, vêm defender posições, sejam elas quais forem, munidos apenas dos relatórios que lhes sejam mais convenientes. É, pois, já mais que tempo de respeitar os cientistas e deixá-los tomar o seu lugar no debate sério,



objectivo e racional de forma a garantir o avanço verdadeiramente sustentável do Homem através de um progresso tecnológico e não a mera implantação de medidas baseadas na simples emoção e cujas consequências futuras poderão vir ser tanto ou mais graves do que aquelas a que assistimos hoje. Aliás, essa é a proposta submetida pelo economista dinamarquês Bjorn Lomborg do Copenhagen Consensus Center, cuja proposta⁸ para ultrapassarmos os problemas ambientais não é através de soluções totalmente irrealistas e inexequíveis, embora politicamente correctas, mas sim apostar na investigação científica e o engenho do Homem que, de forma racional, pode vir a descobrir os meios de progresso verdadeiramente sustentáveis, tal como já sucedeu no passado quando se descobriram soluções para os problemas inerentes ao progresso, e que não coloquem em causa a subsistência, se não mesmo a sobrevivência de todos nós, e em particular dos povos e países mais desfavorecidos. Neste sentido, elaborou juntamente com um painel de economistas, um plano de custo-efeito dos objectivos de sustentabilidade cuja medida prioritária é, nada mais, nada menos, que eliminar a subnutrição infantil a nível global. Um plano que contrasta com o projecto *Sustainable Development Goals* das Nações Unidas⁹, uma vez que aquele tem em conta resultados exequíveis e efectivamente consequentes com base numa análise realista do custo-efeito das medidas propostas.

Porque não ganhar tempo com energia nuclear, cujo desenvolvimento tem resultado em vários projectos de reactores nucleares de dimensão reduzida¹⁰, cuja portabilidade, aumento de segurança e autossuficiência garantem uma fonte alternativa com menor impacto directo e a oportunidade de fornecer energia em países mais desfavorecidos com populações isoladas e pobres?



Projecto TerraPower de Bill Gates

Sendo certo que o tempo ganho permitiria, talvez, se não certamente, encontrar entretanto outras soluções tecnológicas energéticas que mais tarde levariam à desactivação daquelas.

Reiterando a minha imensurável paixão pelo ambiente e o respeito pela preservação da natureza, é com desconfiança que assisto a uma ideologia política de capitalismo desregulado que não olha a meios para obter as vantagens económicas que ambiciona. E por outro lado, o desconforto por alguns movimentos que não posso deixar de caracterizar com sendo de radicalismo, associado a um pós-modernismo irracional e que mais se assemelha a uma seita que assume e tenta forçar como verdades absolutas aquilo que lhes é “vendido” sem qualquer fundamento ou que eles próprios imaginam sem admitir o contraditório. Mas sobretudo, a uma hipocrisia que afasta todo e qualquer método racional de, verdadeiramente e objectivamente, analisar e tratar dos problemas ambientais, preferindo a emoção à abordagem científica.

Hoje, será que somos “nós” contra “eles”? Cada vez mais a sociedade tem-se polarizado, agredindo-se mutuamente, física e verbalmente, sem sequer admitirem a possibilidade de não terem razão. Neste contexto, se por ter adoptado uma postura de cautela, racionalismo e receptividade a todas as opiniões e dados científicos sem discriminação (afastando-me dos meus próprios sentimentos e ideologias pessoais) caio na definição de negativista, então aceito sê-lo de bom grado. Anseio por um ambiente limpo? Sim! Acredito no intelecto e engenho do Homem para criar energias alternativas e verdadeiramente sustentáveis que beneficiem todos no planeta sem discriminação? Acredito! Sou negativista quanto ao caminho acelerado e imponderado que seguimos actualmente? Sou!

João G.

1 Cfr. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, II Volume G – Z. N.º de edição 2627. Dep. Legal n.º 161 290/01. Braga: Verbo, 2001.

2 Cfr. Relatório disponível em: <https://climate.nasa.gov>

3 Cfr. Proposta disponível em: <https://www.ociasiocortez.com/green-new-deal>

4 Cfr. Intervenção disponível em: <https://www.c-span.org/video/?125856-1/greenhouse-effect>

5 fr. Resoluções disponíveis em: <https://news.un.org/pt/tags/cop26>

6 cfr. Relatórios disponíveis em: <https://www.energy.ca.gov>

7 Cfr. Relatório disponível em: <https://www.amnesty.org/en/>

8 Cfr. Relatórios disponíveis em: <https://www.copenhagenconsensus.com>

9 Cfr. Relatórios disponíveis em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>

10 Neste sentido, ver projectos TerraPower disponível em: <https://www.terrapower.com>



ALTERAÇÕES NOVAS MIGRAÇÕES, DIGITALIZAÇÃO e MEIO AMBIENTE

Os fatores económicos e a procura de melhores condições de trabalho são as principais causas das migrações no mundo, particularmente para as pessoas que chegam à Europa. Por sua vez, o continente tem um papel fundamental em facilitar a migração, dado que tem cerca de 20.2 milhões de migrantes que não são da Europa, e cerca de 12.3 milhões de Europeus vivem fora do seu país de origem.

Neste contexto, é essencial reduzir desigualdades, e a luta contra as alterações climáticas deve estar no coração de qualquer agenda política para os próximos anos. As crianças, as pessoas pobres e as pessoas idosas, estão entre os grupos mais vulneráveis a estas alterações, dado que colocam em risco as suas casas, a sua saúde, o seu modo de vida e de sobrevivência. Os países em desenvolvimento são, contudo, os que estão a pagar a maior fatura face aos riscos climáticos que vivemos.

Acresce a isto um aumento dos extremismos e dos preconceitos, pelo que é essencial combater o ódio e o separatismo que se vive atualmente na Europa. Sendo a liberdade de circulação um dos princípios fundadores da União Europeia, todos

devemos ter a oportunidade e o direito de participar nos países onde vivemos. Mas para vivermos esta verdadeira solidariedade e integração, evitando as tragédias que temos visto, as políticas migratórias precisam de ser reforçadas urgentemente e as responsabilidades devem ser partilhadas entre Estados.



As políticas climáticas estão assim intrinsecamente ligadas à luta contra as desigualdades sociais, não só na Europa, mas a nível mundial, pelo que é essencial inovar as políticas públicas neste sentido. Temos os olhos postos na Cimeira do Clima de 2021 que decorreu este ano em Glasgow, onde líderes mundiais, instituições internacionais,

políticos, diplomatas, empresas e ONG`s reuniram-se no sentido de chegar a um entendimento global para lidar com as alterações climáticas. Nesse sentido, é essencial um acordo dinâmico, universal e legalmente vinculativo que limite o aquecimento global ao máximo de dois graus.

No mundo ocidental temos beneficiado da industrialização e do desenvolvimento. No entanto, isto não beneficiou o planeta. Enquanto colhemos os lucros do progresso tecnológico em primeira mão, os seus efeitos negativos impactaram os países em desenvolvimento em primeiro lugar. Estes contrastes devem ser reconhecidos de uma vez por todas, e devem ser oferecidos meios de capacitação não só tecnológicos, mas também financeiros para nos adaptarmos a estas mudanças climáticas.



Assim sendo, devemos investir na chamada “*tecnologia verde*”, reduzindo subsídios a combustíveis fósseis e taxando emissões de carbono. Contudo, sem boa vontade política e uma estratégia ambiciosa, nada será alcançável. Nesta transição económica, temos que ter também em conta a transição digital a nível laboral, procurando uma visão integrada de futuro.

As medidas a nível climático oferecem assim uma possibilidade de melhoria no progresso social, reduzindo desigualdades e aumentando o bem-estar geral. No futuro – caso esta estratégia seja implementada- a saúde das pessoas pode melhorar

em geral, e as crianças e as pessoas idosas estarão menos à mercê das temperaturas extremas.

A emergência climática que vivemos só pode assim ser combatida com um novo modelo económico sustentável, que combine avanços sociais com avanços ecológicos, e deve refletir não só os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, mas também os objetivos traçados pelo Acordo de Paris. Só com políticas ambientalistas é que conseguiremos o crescimento e a prosperidade que tanto desejamos. A redução de disparidades geográficas entre os vários países do mundo, assim como a desigualdade entre homens e mulheres também fazem parte de uma estratégia vencedora a este nível.

Por fim, a educação e a formação também desenharão um caminho essencial, aumentando a consciência pública e o envolvimento dos cidadãos nos temas do meio ambiente. Em conclusão, a globalização, a revolução digital, e a migração precisam de ser vistas em conjunto com as alterações climáticas, as transformações na agricultura, e as ameaças à segurança como sendo os novos desafios da nossa sociedade.

Logo, a luta pela justiça climática deve ser uma luta comum com as lutas contra as injustiças sociais na Europa e no mundo. A criação de investimentos e empregos “*verdes*” deve também



ser uma prioridade na transição para um novo modelo económico sustentável, que seja mais justo e inclusivo face às futuras gerações. Desde ordenados mais dignos, a mais qualidade no acesso à educação e aos cuidados de saúde são também componentes essenciais nas nossas sociedades, mas para isto ocorrer é essencial uma redistribuição justa da riqueza e das novas oportunidades.

Neste contexto, a Europa pode muito bem liderar de forma efetiva este cenário de alterações globais a nível climático, combatendo de forma eficaz as desigualdades a nível mundial e o aquecimento global.

João Constantino





Energias alternativas para salvação do ambiente, ou talvez não.

“Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”

Antoine Laurent Lavoisier-1785

Não pretende ser este artigo, uma peça de negação de que a natureza está em declínio, por força do uso abusivo dos recursos terrestres por parte do homem.

Comecei por isso, com uma lei ensinada em físico-química no secundário, que estará presente, na mente de todos os que tiveram esta disciplina.

Por força da minha vida profissional, também pude constatar que esta e outras leis ensinadas em física, se aplicam com bastante rigor no dia a dia, levando-nos a questionar, do que de facto falamos, quando abordamos o uso abusivo dos recursos terrestres.

Recentemente na 26ª Cimeira do Clima, ouvimos os manifestantes à margem da conferência, lançarem o slogan, de que precisamos de salvar o nosso planeta porque não há planeta B. Estou completamente de acordo, mas para salvar a única

Terra existente, teremos que tomar decisões e ações, que a maioria ainda não está preparada para assumir individualmente.

Na minha opinião e baseado no conhecimento comum sobre a evolução da espécie humana, a interação entre o homem e a natureza tem origem nos primórdios da sua existência. Todas as descobertas humanas, necessárias à sua sobrevivência tiveram repercussões no meio ambiente o que contribuiu gradualmente para a sua degradação.

Portanto não é de estranhar, que o aumento populacional e a evolução do pensamento e prática científica, levassem a um aumento do uso das matérias-primas ao longo dos séculos, de acordo com os objetivos da sua utilização, pondo em alguns casos em risco as suas fontes, que não são como sabemos inesgotáveis.

Quando passámos da tração animal, hídrica e eólica para a tração mecânica motorizada, nos primórdios da chamada era industrial, os cientistas e engenheiros da altura, começaram a levar em conta o fator rendimento dos sistemas. Ou seja, a força mecânica produzida pelas máquinas, na altura a vapor de água, era muito inferior à força que lhes dava origem, ou seja a produzida pela combustão do carvão e madeira. Esta constatação, traduzida pelas diversas perdas, por imperfeições dos sistemas levaram a que alguns idealistas ao longo dos tempos, tentassem descobrir “*O modo contínuo*”, ou seja um mecanismo sem perdas que uma vez em funcionamento não pararia. Uma utopia que não tem solução.

Hoje podemos afirmar, seja qual for o sistema, seja que máquina for, o seu rendimento nunca será 100%, embora alguns sejam bastante elevados.

Assim como a produção de energia seja ela qual for, não trará em termos absolutos, melhorias para a natureza, porque neste campo, todas têm vantagens e desvantagens e em alguns casos limitações evidentes.

Porque está na ordem do dia, vou só lembrar individualmente alguns dos sistemas de produção de energia elétrica, que são do conhecimento generalizado e que são tidas como boas para a sustentabilidade do planeta. Vou deixar de fora, as centrais elétricas de geração a carvão e combustíveis fósseis, porque de facto a sua extinção por alguns governos, em que Portugal se inclui, está decidida. O carvão e os combustíveis fósseis, tem tendência a escassear, sendo a sua produção limitada a algumas regiões do planeta, em que a sua abundância, tem mantido a sua exploração, mas com custos elevados de comercialização. Por sua vez, o meio envolvente destas centrais de produção de energia, sofreram alterações climáticas devido à produção de dióxido de carbono e os cursos de água adjacentes, que são necessários para a produção de vapor para as turbinas e que recebem no final o caudal remanescente, tem alterações irreversíveis na sua fauna e flora original.

Alguns dirão, que o tipo de poluição em torno das centrais térmicas, não acontece com as barragens, ou seja, com a produção de energia elétrica através de

turbinas hidráulicas. Nada mais enganoso, de facto a área envolvente da albufeira, tem igualmente uma alteração do clima devido aos efeitos de evaporação da água, o que consequentemente interfere com toda a fauna e flora da zona. Vantagem evidente em relação as centrais térmicas, a menor produção de gases produzidos pela queima do combustível.

Outro sistema de produção de energia elétrica, desenvolvido nos anos 60 do século passado, em que a produção de vapor de água para as turbinas, tem como base um reator nuclear. Em termos de interação com o meio ambiente, tem os mesmos problemas de uma central hidroelétrica convencional, ou seja, com as águas utilizadas nas turbinas. Quanto a matéria combustível do próprio reator, o problema maior é o seu armazenamento, quando deixa de ser prestável no sistema.

Este problema que resulta da radiação emitida pelo combustível nuclear, que levará séculos até que o seu nível de radiação se torne inofensivo para o ambiente e todos os seres vivos, levam a que a solução encontrada seja encerrá-lo em recipientes de chumbo, estanques à radiação, posteriormente lançados nas fossas mais profundas dos oceanos.



Ao longo do tempo esta solução de descartar o combustível radioativo poderá resultar num desastre ambiental sem precedentes. Outro contra das centrais nucleares, se se recordarem do que aconteceu recentemente com a central nuclear de Fukushima, no Japão, e que é uma das condicionantes a uma instalação deste tipo é a sua localização perto de falhas geológicas, ou seja em zonas fortemente sísmicas, porque pode dar lugar a fugas no reator, contaminando com radioatividade a zona envolvente. No limite, como aconteceu com a explosão que ocorreu em Chernobil, devido a erro de manobra e falhas de segurança, podem ocasionar a exclusão de vida numa região inteira. Este facto conhecido desde o princípio da utilização deste tipo de central, levou a que nos anos 70 me juntasse ao coro dos que estavam contra a instalação de uma central destas em Portugal. Hoje alguns países estão igualmente a optar pelo seu desmantelamento, embora haja alguns renitentes como a França, por exemplo.



Falemos agora dos sistemas de produção de energia elétrica, utilizando sistemas primários, que embora já existam há muitos anos, só recentemente estão a ser mais explorados. Falo das chamadas energias renováveis, ou seja, da energia eólica, com produção através de turbinas movidas pelo vento e a energia fotovoltaica, que transforma a luz solar em energia elétrica em painéis que aproveitam as propriedades do silício, para produzir eletricidade quando expostas a luz. Ambas têm igualmente vantagens e desvantagens. A principal vantagem de ambos os sistemas é o da produção de energia, poder estar junto do consumo. A energia fotovoltaica, por outro lado tem como principal inconveniente, o rendimento deficiente ou a falha total, por estar dependente da qualidade ou inexistência da luz solar. A produção eólica tem como principais desvantagens que a sua produção depende da intensidade do vento e a existência de ruído, que se pode tornar incomodativo quando se encontra junto às povoações.

Sobre a utilização de meios alternativos aos combustíveis fósseis na mobilidade humana, ou seja, a opção por se utilizar tração elétrica em vez de motores a combustão, com a afirmação de serem menos poluentes, poderei aqui levantar algumas questões que ponho a vossa consideração. Analisando algumas das suas limitações, sendo a primeira e a mais evidente, a utilização de baterias que necessitam de carregamento constante, o que reduz o seu tempo de utilização ao longo da sua vida útil. O carregamento, por sua vez, destas baterias, levará a que num futuro próximo a procura de energia elétrica, será muito superior à

sua produção. A construção das baterias, tem como principal contra, a utilização de matéria-prima cuja extração é igualmente poluente e paisagisticamente destruidora. Finalmente no final de vida, poderão ser mais uma fonte de poluição, inclusivamente na sua reciclagem.

A tração elétrica, tal como a conhecemos, só será mais útil como meio de transporte coletivo, como existe hoje nos meios urbanos, ou entre regiões pela ferrovia.

No futuro poderão aparecer outras fontes de energia na locomoção automóvel. Tem-se falado ultimamente nos carros movidos a hidrogénio, cuja combustão em motores

apropriados, tem como escape residual a água. Poderá evidentemente ser uma solução de futuro, se a segurança do armazenamento do hidrogénio for assegurada. O hidrogénio nos veículos automóveis, tem o mesmo inconveniente da utilização do gás butano, nos motores a combustão, a possibilidade de explosão em caso de acidente.

Concluindo este pequeno ensaio, sobre produção de energia, seus benefícios e malefícios, atrevo-me a dizer que independentemente dos defensores e detratores das diversas soluções, alguma coisa tem de ser feita para salvarmos o nosso habitat. Em todos os casos, vai sempre pesar o custo benefício, não estivessemos nós, num sistema essencialmente capitalista. Como ação individual, podemos mudar algumas formas de interagirmos com a natureza, contrariando alguns hábitos do nosso consumismo desenfreado. A utilização de materiais poluentes, podem ser reduzidos, pela sua reutilização ou com alterações ao seu emprego. Porque já estou a entrar num campo, que daria outro tipo de prancha, quero terminar com a afirmação que de facto não há outro planeta B.

António Gargaté





NÃO HÁ SAÚDE SEM SAÚDE MENTAL O IMPACTO PSICOLÓGICO DA COVID-19¹

Ininterruptamente têm surgido cada vez mais estudos, sobre os efeitos que a pandemia da COVID-19 tem, na população em geral e em populações específicas, nomeadamente, ao nível social, económico, ocupacional e... naturalmente ao nível da saúde e dos seus inerentes cuidados.

Reflexo de ser o “*parente pobre*” da saúde em Portugal, assim reconhecida e vivenciada pela maioria dos profissionais da área, o assunto “*saúde mental*”, tem-se visto menosprezada perante a importância que tem no presente e, que terá definitivamente no futuro. Esta visão redutora, a TODOS nos deve preocupar! É mais do que tempo de agir e não somente, reagir!

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o stress como a grande epidemia de saúde do século 21, baseando-se na sua alta prevalência de stress percebido e de todos os seus efeitos, directos e indirectos na sociedade, contudo, eclodiu um novo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença COVID19, que devido à sua elevadíssima patogenicidade, à taxa de contágio e ainda à sua taxa de mortalidade, resultou pela sua abrangência geográfica e afectação mundial numa pandemia decretada. O número de casos identificados de indivíduos infectados, bem como o número de mortes relacionadas com a infecção, atinge diariamente números históricos - 449 milhões de casos confirmados com 5,04 milhões de óbitos a nível mundial. Por sua vez, a nível do nosso País, com uma população estimada de 10 milhões de habitantes, apresentamos cerca de 1,09 milhões de infectados cujo número já ultrapassou a barreira dos 18200 óbitos. Estes valores de casos, originou uma sobrecarga nos serviços e recursos humanos em saúde no seu geral, bem como, em todos os serviços considerados essenciais. Hoje, apesar da diminuição notória tanto de infectados como de óbitos...

A SAÚDE ESTÁ EXAUSTA!!!

1. Comunicação realizada no 2º Congresso Nacional – Uma Visão para o Sistema Nacional de Saúde. 2021.

Em simultâneo, pelo passado (de curto prazo) e presente, as medidas adoptadas pelo poder central, como quarentenas, restrições à liberdade de circulação, encerramento compulsivo de serviços, apresentaram impacto significativo não só na economia, como também na estruturação e organização sócio-familiar e ocupacional. Os desafios emocionais e psicológicos, os efeitos directos da doença nos indivíduos e, ainda... os distanciamentos sociais (e familiares), o isolamento, as quebras de rotinas, nomeadamente da actividade escolar, o fechar de portas de todas as instituições de apoio social, um efeito de contragolpe e amplamente negativo, nos processos de desenvolvimento cognitivo e emocional, nomeadamente nos grupos etários mais precoces como nas idades mais avançadas, a estes últimos pela manutenção da função estimular da reserva cognitiva.

Dito isto, as quarentenas profiláticas, impostas e inevitáveis deste contexto especial potenciou uma série “*crescente*” de riscos para a saúde mental. A nível mundial, os dados pré-pandemia apontavam para que cerca de 280 milhões de pessoas que padecem de perturbações depressivas (3,8% da população mundial; 5% da população adulta [18-60 anos] e, cerca de 5,7% da população maior de 60 anos. Actualmente, perante a Covid-19, prevê-se que sejam atingidos cerca de 358 milhões de casos de perturbações depressivas (aumento de 28%) e 374 milhões de perturbações de ansiedade (aumento de 26%). Por sua vez, em Portugal, de acordo com o Inquérito Nacional de Saúde 2019, 8% da população residente com mais de 15 anos, apresentava sintomatologia depressiva destes, cerca de 60% apresentava sintomas depressivos ligeiros e, 40,2% manifestaram sintomas depressivos graves.

Na fase inicial da pandemia (Março de 2020), pretendeu-se avaliar o impacto psicológico imediato da COVID-19 a nível Nacional, nomeadamente, na existência de processos de ansiedade, depressão e stress entre os indivíduos portugueses. Apenas 3 semanas após os primeiros casos confirmados em Portugal, 49,2% dos participantes classificaram o impacto psicológico do surto como moderado ou grave. Além disso, 11,7%, 16,9% e 5,6% dos participantes relataram sintomas moderados a graves de depressão, ansiedade e níveis de stress, respectivamente.

Análises mais alargadas a nível mundial, confirmaram aumentos na prevalência por associação ao aumento das taxas de infecção por SARS-CoV-2 e diminuição da mobilidade humana, sendo que estes dois factores (aumento taxas infecção e diminuição da mobilidade) incorporaram os efeitos combinados da disseminação do vírus, confinamentos impostos, pedidos de permanência em casa, encerramentos de comércio de ensino diminuição das interações sociais, entre outros factores. Os resultados apontaram também para a maior prevalência de estabelecimento de perturbações angio-depressivas em mulheres, mais propensas a serem afetadas pelas consequências sociais e económicas, pela maior probabilidade de sofrer desequilíbrios financeiros devido a salários mais baixos, empregos menos seguros e responsabilidades adicionais na figura de cuidador e gestão familiar. Maiores prevalências entre grupos mais jovens, onde por estimativa que mil e seiscentos milhões de alunos, em mais de 190 países, estiveram total ou parcialmente ausentes da escola em 2020. Por sua vez, um outro grupo de investigação, confirmou a existência de potenciais mudanças emocionais e comportamentais em cerca 1.143 crianças italianas e espanholas; dificuldades de concentração, tédio, irritabilidade, inquietação, nervosismo e preocupação excessivo, sensação de solidão, somatizações foram os elementos mais relatados.

Também ao nível da dinâmica cognitiva e executiva são evidenciados defeitos da funcionalidade mnésica, com dificuldades de gestão de múltiplas informações verbais e visuoespaciais, perdas de linha de raciocínio frequente, operações mentais desorganizadas; diminuição de sustentação da atenção; capacidade de planeamento empobrecida, estruturação e organização de actividades diminuída, carência de flexibilidade e; estabilidade do pensamento (associações descontroladas e pensamentos aleatórios intrusivos ou repetitivos. Também são reactivamente observadas alterações na regulação emocional (diminuição do controlo inibitório, agressividade verbal reactiva e sentimentos de impotência), humor (instável e oscilante, variações de inércia e apatia Vs agitação e hiperactividade, ansiedade avassaladora e medos súbitos sobre o futuro breve) e variações do padrão do sono (insónias marcadas e sono agitado por pesadelos) ... Em geral, ocorrência e intensidade dos sintomas e sinais anteriormente descritos flutuam acentuadamente ao longo do período de 15 a 20 dias diminuindo gradualmente no curso da recuperação, cuja duração apresentada em recente investigação é de aproximadamente 3 meses. As características-chave que poderão definir o modo

de ocorrência das disfunções cognitivas, operativas, emocionais e comportamentais incluirão: (a) invasão de sintomas aleatória, rápida, súbita e imprevisível; (b) variações extremas de duração dos sintomas, frequência diária e tempo de aparecimento; (c) combinações variáveis, diversas e co-ocorrências de alguns ou todos os sintomas no mesmo dia.

No entanto, comprovados os efeitos nefastos que a Covid tem apresentado, na saúde mental da população em geral, há que abordar também o impacto que tem nos profissionais de saúde. Outro segmento particularmente afetado pelo stress durante e, previsivelmente no após, confronto com a Covid19. Dados recentes de pesquisa estimam que profissionais de saúde que prestam serviço directo em enfermarias Covid19 e em enfermarias de segunda e terceira linha, mostram altas percentagens de depressão (50%), ansiedade (44,6%), insónia (34%) e angústia (71,5 %), correndo riscos elevados de desenvolvimento de perturbações comuns a situações catastróficas, como perturbação de stress pós-traumático, síndrome de burnout, perturbações de despersonalização e desrealização.



Atender à demanda adicional de COVID-19 será difícil. As estratégias SARS-CoV-2 que incluíram a interrupção assistencial nos serviços de ambulatório e de algumas situações de internamento.... Foi um erro assinalável....

As pessoas tornaram-se menos propensas a procurar atendimento para os seus problemas de saúde mental. A pandemia COVID-19, criou uma urgência maior para que governos e formuladores de políticas fortaleçam os sistemas de saúde mental, e agora com uma prioridade adicional de integrar um sistema de saúde mental como resposta dentro de seu plano de recuperação COVID-19.

Na esteira do impacto da pandemia COVID-19 sobre a prevalência e a carga das perturbações depressivas e de ansiedade... NÃO TOMAR MEDIDAS NÃO PODE SER UMA OPÇÃO! Existem recursos para orientar o desenvolvimento de estratégias de mitigação para reduzir a carga de saúde mental imposta pelo COVID-19. Assim, é imperativo que exista uma abordagem integrativa com TODOS os parceiros ligados à rede de saúde mental, promovendo a identificação e o rastreio precoce. É também, imperativo o aumento de serviços e recursos humanos capazes de dar resposta à nossa pandemia psiquiátrica e psicológica que surgirá a breve tempo.

serviços de saúde mental devido ao para reduzir a disseminação da de algumas situações

N Dias Pereira

There is no Health!

Without Mental Health!

LIBERDADE, IGUALDADE, SORORIDADE



O desconhecido sempre foi o início de todos os percursos internos e externos do Homem, e por consequência, de todos os confrontos entre o Eu e os Outros.

A necessidade de se sentir perene face à inevitabilidade da morte, levou a que, desde tempos imemoriais se criassem narrativas que sustentassem a imortalidade e a superioridade da raça humana sobre todas as restantes.

Sempre em busca de explicação para o inevitável ou para o dificilmente explicável no tempo e no espaço, a Humanidade procurou no transcendente, respostas para os fenómenos externos à sua essência, que alteravam o seu percurso e o seu quotidiano.

A noção da existência dum Ser Superior sempre orientou, duma ou de outra forma, a vida das sociedades em geral e de cada um particular.

Noções como agnóstico ou ateu, são relativamente recentes e decorrem duma clara evolução do pensamento.

Em tempos anteriores às religiões do Livro (Cristianismo, Judaísmo e Islamismo) as mulheres estavam envoltas numa aura sagrada, que lhes concedia um lugar na sociedade, senão superior, pelo menos em pé de igualdade com os seus irmãos do género masculino.

Dispensada da grande parte, dos trabalhos mais pesados e das lutas, devido à sua complexão menos robusta que a masculina, a Mulher conseguiu uma liberdade que lhe permitia a reflexão.

Reconhecida e respeitada, a mulher representava a força da Natureza no meio dos homens, pela sua capacidade de dar à luz (bela imagem esta cujo simbolismo não nos pode passar despercebido), a sua habilidade para entender, empatizar com os outros e, sobretudo o seu espírito inquieto e inquiridor que a fazia procurar razões e soluções para os males do dia a dia.

Ela foi sacerdotisa e curandeira, Ligação entre Humanidade e Natureza. Encarnação e reflexo da “*Deusa Fecunda*”. Vaso, recetáculo e caminho da perpetuação. Livre!!!

As religiões monoteístas alteraram este estado de coisas trazendo para as diferentes sociedades uma supremacia masculina sacerdotisa, fruto do temor do desconhecido, cuja decifração estava apenas ao alcance das mulheres e que por essa razão se tornavam perigosas.

De sacerdotisa respeitada a feiticeira perseguida, torturada e morta, o passo não foi demasiado longo.

Desde então o percurso da afirmação da equidade entre géneros tem vindo a fazer um percurso a todos os níveis sinuoso, com avanços e recuos, com erros e conquistas.

Mas o Mundo não se limita a esta realidade que nós, Homens e Mulheres Livres e de Bons Costumes, tomamos como certa e nossa, mas que em bom rigor se reduz a um Ocidente cujo percurso em direção à Luz se faz a passos que pensamos ser de gigante e não passam de pequenos e titubeantes movimentos de criança.

Esquecemos que a História é, não apenas uma medida de tempo que nos ultrapassa, mas também um espaço que nos limita o horizonte.

Tomemos dois exemplos históricos, um mais remoto e outro ali ao virar da esquina do tempo:

A escravatura foi abolida (no Ocidente, note-se, porquanto ela ainda persiste com a mesma forma e com outras bem mais insidiosas, um pouco por todo o Mundo) no Séc. XIX. Em medida tempo/humano é muito. Em medida tempo/histórico é um piscar de olhos.

Até ao momento da abolição da escravatura, que, não nos esqueçamos, não se limitava a uma raça, sendo que as diversas contendidas alimentavam este universo de semi-humanos com os derrotados.

Pois bem, até ao Séc. XIX, matar um escravo não era considerado homicídio e apenas era punido como “*ofensa à propriedade*”, caso o escravo não fosse seu. A restituição pecuniária era maior se o escravo fosse mulher ainda em idade fértil!

Mas passemos a tempos e espaços mais recentes.



O Código Penal Português de 1886 e que permaneceu em vigor até 1982, estipulava no seu artigo 372.º que quem matasse sua mulher e/ou ao seu companheiro ou lhes infligisse danos corporais, incorria apenas num desterro “*de comarca*” por seis meses.

Ora a maioria da população ainda nasceu e cresceu sob este Código não apenas de conduta como penal.

Quando neste momento olhamos em redor e colocamos o percurso feito em paralelo com o estado em que permanecem a grande maioria das mulheres do nosso tempo fora dos limites do nosso espaço cultural, temos que ter em linha de conta esta dimensão de tempo para que possamos entender (o que é bem diferente do que aceitar) e sobretudo possamos agir.

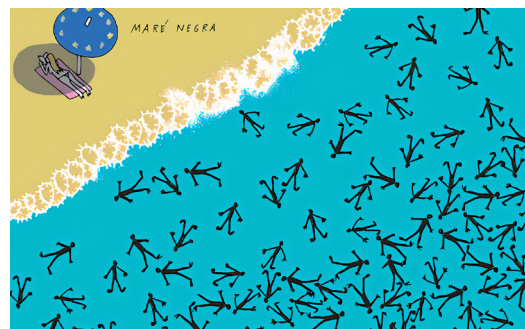
MULHERES: AS PRIMEIRAS VÍTIMAS DE TODAS AS GUERRAS

O Séc. XXI nasceu na esperança de paz e prosperidade que rapidamente se revelou uma enorme desilusão.

A Primavera Árabe, a implosão dos estados da Líbia e do Iraque e mais recentemente a infindável guerra da Síria, aliadas às alterações climáticas que assolam todo o planeta, mas cujas consequências se fazem sentir nos países de economias mais frágeis, deram origem ao maior êxodo populacional da era moderna. Como primeiras vítimas quer do êxodo quer das condições que o determinam, temos as mulheres.

Os estudos de fluxos migratórios quer da OIM (Organização Internacional para as Migrações), quer do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) ou do ICMPD (Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias) alertam para a situação de vulnerabilidade e para os atropelos aos direitos humanos fundamentais que estas mulheres e meninas são sujeitas quer nos seus países de origem quer durante o percurso e finalmente chegada a países de destino.

Os conflitos armados desde sempre, mas hoje mais do que nunca, usaram como arma de guerra a violação e a humilhação das mulheres, cientes de que elas representam a família, célula inicial da sociedade e que, destruindo-as, destruiriam o tecido social do inimigo.



A elas estão confiados os mais novos e os idosos, pelo que a sua mutilação quer física quer psicológica, tem uma repercussão que ultrapassa temporalmente o conflito em si, propagando-se não raras vezes por gerações inteiras.

Em palcos de guerra a subsistência dos núcleos familiares dependem essencialmente delas. Ao longo dos fluxos migratórios são-lhes confiados os mais frágeis – idosos, inválidos e crianças. Razão pela qual o grande número de mortes durante o êxodo tenha um cunho fortemente feminino.

Os relatos falam de violações, escravatura sexual, quer por parte dos contrabandistas e traficantes quer mesmo pelos companheiros de jornada. Não raras vezes esse percurso de inferno itinerante não termina nos países de acolhimento, perpetuando-se quer nas formas físicas quer e sobretudo na violência psicológica e social de que acabam por ser alvo.

Quando falamos com mulheres migrantes uma das primeiras constatações é a solidão, o sentirem-se sós num país desconhecido, com outras regras, outra língua, outros costumes e muitas vezes sem uma rede familiar ou de proximidade étnica que lhes possa dar suporte.

As situações mais trágicas são sem margem para dúvida, as das mulheres provenientes de países árabes onde a Xaria é a Lei.

Ao chegarem aos países de acolhimento ou destino ficam duplamente privadas de identidade.



Por um lado, porque não se identificam com a sociedade em que estão inseridas, não a conhecem, temem-na, não encontram pontos de referência social ou moral. Isto é tão mais trágico nos casos em que não existe uma comunidade idêntica à sua matriz de origem. Acresce a esta relação do “Eu” para com os “outros” o inverso, ou seja, a forma como a sociedade de acolhimento as olha, as julga e as marginaliza. Ou então num outro extremo as paternaliza, tentando incutir um estilo de vida que lhes é completamente desconhecido.

Por outro e muitas vezes decorrente do primeiro, estas mulheres acabam prisioneiras da sua própria incapacidade de integração, seja ela voluntária ou imposta.

Relembro um caso em que um jovem casal residente em Portugal há cerca de três anos se acercou para renovar a sua documentação.

O marido falava um português quase sem sotaque, perfeito. Exercia a sua actividade como engenheiro (após inúmeros trabalhos “menores”) e o seu semblante mostrava um à-vontade que só se adquire quando existe uma integração senão plena, pelo menos bastante grande. Ao seu lado uma mulher envergando o Hijab tradicional, com um imenso sorriso. Após algumas tentativas de comunicação em diferentes línguas, cheguei à conclusão que não dominava nada mais que o árabe. Isso foi-me confirmado pelo marido.

“Ela não trabalha. Não precisa – explicou visivelmente orgulhoso”

“Mas como é que faz compras, como se relaciona com os vizinhos...”

“Não precisa. Eu trato de tudo. Vou com ela ao supermercado e pronto. Os vizinhos são todos portugueses, mas não precisa de se dar com eles”

“E se tiver um acidente em casa? Se sentir mal? Se...”

“Tem um telemóvel. Chama-me e eu vou.”

Esta mulher estava prisioneira na sua própria casa. Não tinha contacto com o exterior não porque lhe tivesse sido interdita a saída à rua, mas porque lhe tinham negado a possibilidade de se fazer entender, de se relacionar.

Integrar não é abdicar de valores ou conquistas já alcançadas e muito menos pactuar com formas de sujeição ou de atropelo aos mais elementares direitos humanos.



Integrar significa antes de mais estabelecer pontes através da língua, forma universal de transmissão de pensamento, de aprendizagem, de trocas culturais.

Não adianta proibir o uso do hijab ou do chador ou até mesmo da burka. Até porque algumas destas mulheres (no caso do hijab a grande maioria) aceita de bom grado o preceito ancestral do seu uso e essa é uma liberdade que deve ser salvaguardada. Não nos esqueçamos que nos anos sessenta do século passado nas nossas aldeias, nenhuma mulher “decente” se vestia de cores garridas e que a partir do momento em que enviuvava (algumas até a partir do momento em que casavam), passavam a vestir-se de negro, cobrindo a cabeça e os ombros de xaile e lenço, fizesse frio ou calor.

O grande desafio que se coloca a nós mulheres livres e de bons costumes é o desafio da sororidade, deixando de parte ou pelo menos não valorizando demasiado a semântica que obriga quase a reescrever-se a gramática. Se todos os símbolos são importantes é inegável que uns o sejam mais que outros.



A “educação” destas mulheres e meninas passa por um exercício de escuta. Escutar o que têm para dizer, Ouvi-las.

E passa sobretudo por lhes dar voz através da aprendizagem da língua dos países que as acolhem.

AFEGANISTÃO: UM RETROCESSO DE VINTE ANOS

Samira (nome fictício) tem 17 anos. Nasceu e cresceu em Cabul já na era pós Talibã. Usa o lenço a cobrir-lhe o cabelo desde o momento em que se tornou mulher e fá-lo com orgulho.

Até há alguns meses ia à escola e preparava-se para prosseguir os estudos em medicina.

“Ainda há muitas mulheres que se recusam a ser vistas por um médico homem. Agora é simplesmente impossível”.



A mãe criou uma organização de empoderamento feminino, alertando para a necessidade de as mulheres terem a sua própria independência financeira, mais de meio caminho andado para a liberdade.

“Até à recente chegada dos Talibãs, tínhamos a nossa sede a abarrotar de mulheres em diferentes cursos e conferências. Vivíamos um clima entusiasmante de mudança, sobretudo nas gerações nascidas e criadas debaixo do regime Talibã. Agora recuámos não vinte, mas cinquenta anos” - diz com uma tristeza imensa na voz.

Samira e a mãe estiveram escondidas durante semanas, mudando de local de pernoita todos os dias.

O regime instalado não tolera mulheres livres e impõe a tirania, que vai buscar a um recôndito do Livro, descontextualizado e adaptado pelos estudantes do Corão, para dissimular o medo que lhes inspira o outro sexo.

“Às vezes parece-me que têm medo de nós. Que nos amordaçam porque se sentem frágeis perante o poder que temos e que nos vem da nossa maternidade”

Será talvez uma explicação, mas o medo, o terror está do lado das mulheres que dum dia para o outro ficaram impedidas de sair à rua sem um acompanhante masculino seu familiar (pai, marido, filho ou até cunhado ou sogro no caso de ficarem viúvas).

“As afegãs tinham conquistado o direito e a liberdade de viverem sozinhas, de fazer carreira de assumirem o seu destino. Estas mulheres estão à partida condenadas à morte. Não apenas porque podem ser apontadas como heréticas e como tal assassinadas em plena via pública, mas porque não se podem bastar a si mesmas já que estão impedidas de sair de casa”

No Afeganistão de 2021 uma mulher que não tenha nenhum familiar homem está condenada a morrer à fome, ao frio, à doença mais comum.

Algumas vão sobrevivendo com a ajuda de vizinhos que não se revêm neste regime masculino e sobretudo misógino. Mas o medo tomou conta de todas as vidas, de todas as ruas.

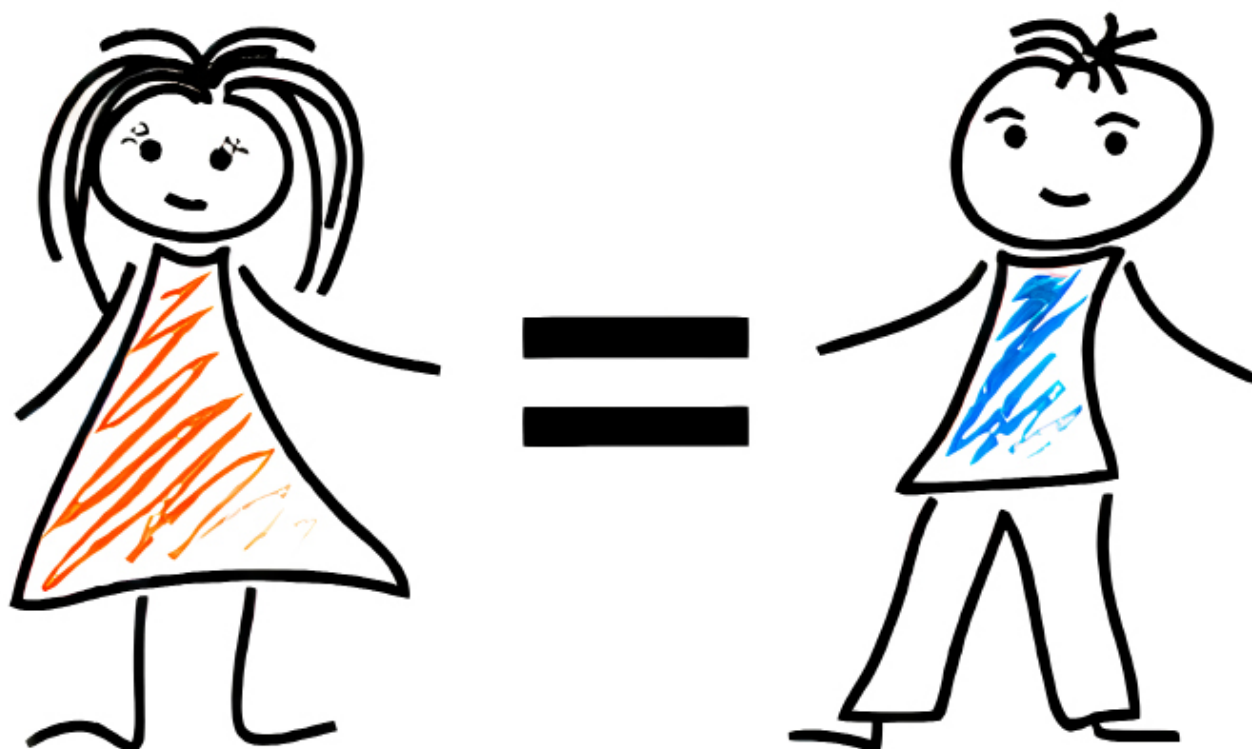
A solidariedade recua a cada execução pública e assim se vão construindo muros invisíveis, perceptíveis e simbolicamente assumidos pelas burkas que cobrem mães de família por vezes impedidas de alimentar os seus filhos.

Durante semanas falou-se delas, das mulheres afegãs, do regime de terror imposto em menos duma semana após a lavagem de mãos das forças americanas. Depois caiu o silêncio, um véu que veio carregar ainda mais a cor negra dos trajos que tudo ocultam: o corpo, o espírito e a liberdade.

No meio desta desoladora noite a indómita vontade das mulheres saindo à rua, fazendo jus às suas antepassadas que afrontavam o poder com as suas mezinhas e conhecimentos, faz-nos questionar o nosso papel e a nossa sororidade.

Se o Mundo inteiro é um enorme Estaleiro e se jurámos desbastar a pedra bruta de que estamos à espera para erguer as colunas da Liberdade Igualdade e Fraternidade nestes países?

Manuela Niza



SAMARCANDE

EN MISSION

Le 25 avril 2013, les feux de la loge de mission Samarcande étaient allumés au Temple Groussier, selon la volonté de quelques FF. et des conseillers de l'ordre du GODF, très attentifs à ce projet qu'ils ont soutenu dès les premiers instants.

Il faut dire que Samarcande n'est pas une loge comme une autre, c'est l'une des rares loges dites de mission

C'est en fait une loge qui se crée autour d'un projet spécifique, une mission qu'elle se donne. Ses activités sont exclusivement consacrées à celle-ci. Elle ne procède pas aux travaux habituels, pas d'initiation ou d'augmentation de salaire par exemple. Elle n'est d'ailleurs pas une loge avec toutes ses prérogatives, elle est «souchée» à une loge mère. Dans le cas de Samarcande, sa loge de rattachement est la RL : Le Cèdre à l'Or. de Beyrouth. C'est en quelque sorte une loge en préfiguration, en puissance sur un territoire donné.

Réunir ce qui est épars: je crois que c'est la meilleure définition qu'on puisse attribuer à Samarcande.

En effet il s'est agi depuis le début de permettre à des FF et SS isolés dans le monde de garder un lien pour continuer à travailler en maçon, de leur permettre de rencontrer d'autres FM vivant dans la même ville ou le même pays et de se réunir.

Il faut aussi rappeler que notre ambition, avec les instances du GODF, est de faire en sorte que la maçonnerie a-dogmatique et libérale puisse être présente dans des contrées où elle a disparu – ou n'a jamais existé. On a pu constater avec regret que certains FF et SS de notre obédience, se retrouvant dans un désert maçonnique, abandonnaient ou, en l'absence de notre obédience, allaient rejoindre les rangs d'autres obédiences, parfois non «libérales».

Plus globalement, nous voulons aider à promouvoir nos valeurs et nos principes : la liberté absolue de conscience, l'égalité des êtres humains sans distinction aucune, la fraternité entre les hommes et les peuples. La laïcité républicaine comme l'a récemment qualifiée notre GM. Fidèles au message du Chevalier Ramsay, nous voulons croire que le monde n'est qu'une grande république.

Nous avons, d'une manière ou d'un autre, permis à des FF et SS de travailler et de se réunir dans plusieurs pays. En Extrême-Orient, nous avons contribué à la création de trois triangles, à Shanghai, Singapour et Hong Kong. Nous avons aussi participé à la création du GO de Thaïlande – qui nous permet de réunir les FF et SS de la région et ainsi procéder à des initiations et des augmentations de salaire.

En Inde, nous avons soutenu la création d'une loge à Pondicherry.

En Afrique, Samarcande, toujours avec d'autres, les instances de notre obédience et les loges de rattachement, a permis l'éclosion d'une loge au Maghreb.

En Europe, nous avons, par exemple, aidé à la création d'un triangle à Prague, transformé tout récemment en loge. Mais aussi à Berlin avec la première loge du GODF dans la capitale allemande.

Ainsi, nous sommes fidèles à notre engagement envers la maçonnerie a-dogmatique et libérale de notre Ordre. Rappelons-nous qu'elle a pour devoir d'étendre à tous les membres de l'Humanité les liens fraternels qui unissent les Francs-Maçons sur toute la surface du globe. Nous croyons à la force et à l'universalité de nos valeurs. C'est-ce que, modestement, nous nous efforçons de faire.

Basile Abaji

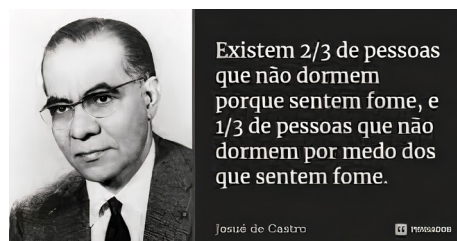


“Quando o saber pensar não chega, quando a indignação não basta, quando o Agir é preciso...”

As palavras que se seguem, refletem o meu desassossego, frente à difícil batalha de combater a indiferença e de sermos capazes de tomar lugar em prol da necessidade premente, de uma justiça mais solidária, equitativa e justa, em todas as geografias e em todos os lugares humanos. A anomia social que transversalmente se vai instalando nas mais diversas dimensões organizacionais e societais, traduz-se num mundo profundamente ferido de princípios e valores, onde o imundo, sobressai e espelha todas as inquietantes dores humanas. Mais do que nunca, o mundo e as pessoas precisam de nós! Precisam de ti e de mim, sinal de que é chegado o momento, de cada um de nós, ser convocado para uma renovada cadeia de união, ao serviço de todos aqueles que sofrem o espectro das mais diversas e agonizantes vulnerabilidades e fragilidades, que os impedem de ascender ao direito pleno e universal da dignidade humana.

Ao olhar o mundo contemporâneo, as velhas geografias da fome, da pobreza, da exclusão e das injustiças, não só persistem, como se acentuaram. Pensando em Josué de Castro e recordando algumas das suas obras, tais como “Geopolítica da fome”; “Geografia da fome” ou “O livro negro da fome”, fomos por ele desassossegados na esperança de uma nova tomada de consciência, face a um certo estar e viver que importava erradicar...

Mas, esse passado nunca deixou de estar presente e dessa forma, a construção de um futuro diferente, continua fortemente ameaçada. Sinal, que o **HOMEM** que integramos enquanto espécie, continua a ser capaz dos mais paradoxais e contraditórios eventos. Na realidade nunca como nos nossos dias, a Humanidade dispôs de tantos recursos e meios técnicos para resolver os seus problemas de sobrevivência e bem-estar, mas... *e com que resultados???*



Cerca de 1 bilhão de seres humanos continua a passar fome e cerca de 600 milhões de indivíduos sofrem de subnutrição crónica. Em cada ano cerca de 17 milhões de pessoas morrem de doenças infecciosas ou parasitárias curáveis, tais como diarreia, paludismo e tuberculose. Cerca de 400 milhões de crianças continuam a ser vítimas de diferentes formas de escravatura e tráfico humano. E tantos outros números, não chegariam para dar expressão a todos aqueles que são barbaramente silenciados e amputados do direito à sua autodeterminação.

É chegado o tempo, de perceber, que urge uma nova ruptura epistemológica. Os modelos de desenvolvimento que temos, não nos servem mais. É tempo de definitivamente compreendermos, que, embora a construção de um futuro ao serviço do bem-estar da humanidade e da sua convergência para os ideais da cultura da PAZ, possa custar muito dinheiro, será sempre muito mais caro, termos apenas um passado repleto de más memórias.



É também tempo de relembrar Mia Couto, quando um dia a propósito da esperança em acreditar numa África mais próspera, nos disse o seguinte: (...) *“Necessitamos de descobrir o nosso próprio caminho num tempo enevoado e num mundo sem rumo. A bússola dos outros não nos serve, o mapa dos outros não nos ajuda. Necessitamos de inventar os nossos próprios pontos cardeais. Interessa-nos um passado que não esteja carregado de preconceitos e de medos, interessa-nos um futuro que não nos venha desenhado como uma receita financeira, prescrita por quem não nos conhece e respeita”*.

As palavras que aqui partilho, refletem também um conjunto de vivências e de pensamentos que me assaltam de quando em quando. São o sinal de um homem inquieto, peregrino das veredas, vielas, becos e estradas da vida, onde o viver por vezes não toma lugar. São uma espécie de viagens, ou talvez uma espécie de sapatos sujos que usamos, para de novo me referir ao linguajar de Mia Couto a propósito da sua visão sobre o estado do mundo. Convido-vos agora, a viajarmos juntos, até uma tarde do mês de julho do ano de 1998.

Nesse período vivia em Salamanca e estava então a concluir o doutoramento na universidade pública desta cidade. Nessa tarde, percorri vezes sem conta as largas montras da livraria Cervantes, enquanto esperava que fossem horas de abrir. Uma e outra

vez, os meus olhos vagueavam pela extensão do contínuo da montra, sem se focar, sem parar para ver, sem atenção dirigida, o meu olhar, simplesmente vagueava. E a rotina repetia-se, tornando-se num quase ritual do qual não tomava consciência, até que uma vez mais e quando os meus olhos se preparavam para uma nova divagação, de repente, pararam, focaram, olharam e viram...

Num dos cantos da montra, a capa de um livro fixava agora totalmente a minha atenção, senti uma espécie de desassossego, um gélido frio percorreu o meu corpo, enquanto a capa daquele livro persistia no meu olhar e finalmente, o seu título em castelhano falava comigo, dizendo: *“La reforma educativa está em marcha y la tuya?”*

Não pude deixar de pensar, em todas as vezes que a indignação tomou conta de mim, quando, ao longo da vida, contestei tantas coisas nas quais não me revia...por isso, o título daquele livro questionava-me com outra profundidade. Que havia eu feito para além da minha indignação? ou da minha discórdia calorosa? Que havia eu feito? A resposta, essa, era incómoda...



Percebi então que por mais reformas e revoluções que existam à nossa volta, se nada fizermos na nossa dinâmica interna, não passaremos de meros espectadores dos acontecimentos e da vida... Aquele título desafiava-me a passar da posição de espectador da vida, para a posição de protagonista da minha existência, isto é: para a pessoa que se compromete!

Lembro-me então da N.:A.:O.: e do quanto nos falta fazer, ao serviço de uma cultura e de uma prática de genuína e autêntica fraternidade e solidariedade com os mais oprimidos e com os mais excluídos.

Acredito que ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros, de forma neutra.

Não podemos estar no mundo de luvas brancas nas mãos, apenas constatando o passar de cada dia, enquanto o mundo se transforma na direção de um abismo anunciado, onde jazem a esperança, a cooperação, os ideais da Paz, a solidariedade, o sonho e a utopia.

Há perguntas a serem insistentemente feitas por todos nós, cujas respostas, implicam por certo, novas atitudes e comportamentos de decisão, escolha e ação. Urge que nas nossas mãos, surja a força da espada flamejante, ávida da luta pela condenação do cinismo, da exploração da força do trabalho do ser humano, da pobreza, da exclusão e de todas as manifestações discriminatórias de gênero, classe e etnia.

Urge de igual modo, que com labor dedicado, saibamos continuar o propósito da nossa iniciação, almejando uma ética universal, pautada pela força e pela forma da nossa cadeia de união, orientada para a educação e bem-estar dos Povos. Só deste modo, o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem que diz *"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros, com espírito de fraternidade"* deixará de ser um logro e uma espécie de almofada, onde à noite, os mais desatentos, descomprometidos e perversos... descansam as suas pesadas consciências...

Também, só deste modo, a nossa cadeia de união será capaz de dar forma à expressão *"Que esta cadeia de união se enriqueça e fortaleça, com numerosos e sólidos anéis do mais puro metal, esforçando-se por aproximar todos os homens através do respeito da tolerância e do amor fraterno"*.

URGE POR ISSO AGIR!

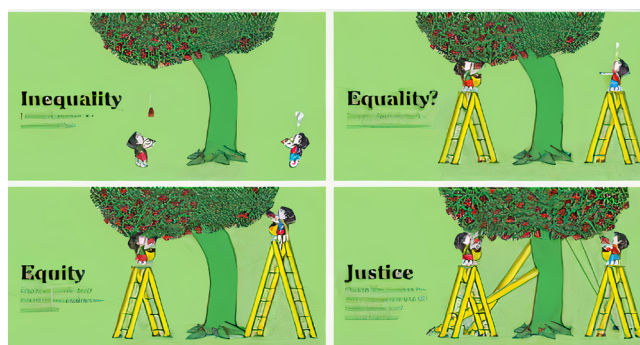
Mas todos sabemos, que agir é na maior parte das vezes, um ato que nos confronta com as nossas zonas de conforto individual...Quem decide agir, abdica da sua "estabilidade" em busca de uma

pulsão que convida a ir mais longe. Tal como nos lembra Jung, agir, aponta para o desafio da nossa transcendência humana, após a coragem e a verdade do encontro único e muitas vezes doloroso, com a nossa própria sombra.

É preciso ousar e agir! Tal como os peregrinos de outras eras, é cada vez mais premente que o Homem Maçon, parta todos os dias, levando ao mundo e construindo no mundo, os ideais que nos convocam para o serviço, afirmando o papel da maçonaria como um grande construtor social.

Não tardemos por isso em Agir!

Somos *"Homens Livres e de Bons Costumes"*, temos por isso em nós, os valores da vida. Arrisquemos por isso esses valores, na busca de novos caminhos e na procura de soluções transformadoras, face ao estranho presente em que vivemos e onde, mesmo entre nós, tantos Ilr.: vão desacreditando...



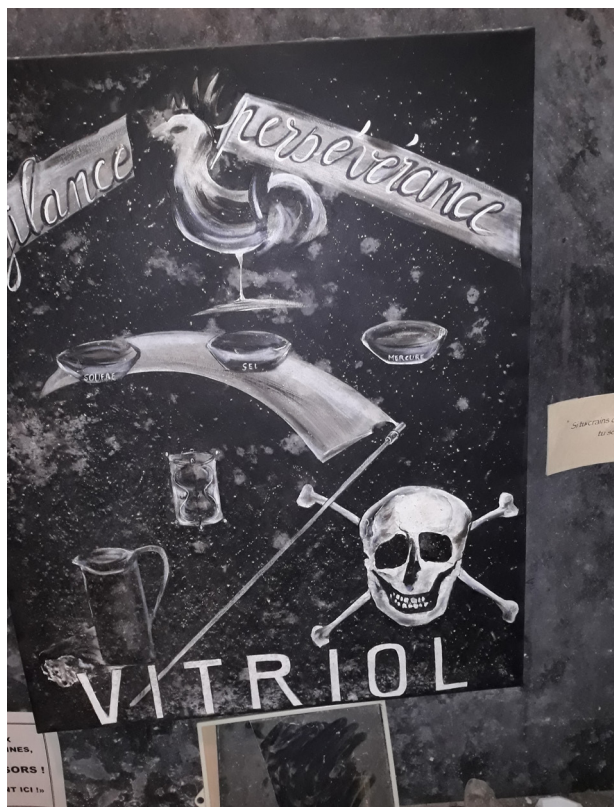
Agir, é antes de tudo, sair de nós mesmos! Romper a crosta de egoísmo que tende a aprisionar-nos no nosso ego. Agir, é não girar de forma permanente, em torno de nós próprios, numa atitude de quem, na prática, se constitui centro

do mundo e da vida. Enquanto maçons, agir é não rodar por exemplo, apenas em volta dos problemas da oficina a que pertencemos. Por mais importantes que eles sejam, maior é a humanidade, a quem nos cabe servir! Maiores, são por isso sempre, os propósitos que fazem de nós um Homem Maçon, onde e recordando Oliveira Martins, devemos ser *"capazes de demonstrar energia para combater, lucidez para compreender, força para resistir e conformidade para sofrer"*.

Agir, é termos a capacidade de nos abrir aos outros, descobri-los, e ir ao seu encontro. Agir é também abrimo-nos a novas ideias, inclusive àquelas contrárias às nossas, demonstrando a humildade e a inteligência do Maçon. *"Se discordas de mim, tu me enriqueces"*.

Este é o princípio que anima a relação entre Irmãos Maçons! Este é o princípio onde radica a pluralidade construtora e transformadora, que aguarda pela nossa ação!

É possível agirmos sozinhos, mas o bom viajante, sabe que a grande caminhada é a vida, e esta, supõe Irmãos que saibam ser companheiros. Companheiro, na raiz do significado da palavra, é quem come do mesmo pão. Feliz será por isso o Maçon, que se sente em constante caminhada e que se preocupa com os seus Irmãos Companheiros, desencorajados, sem ânimo e sem esperança, levando-os a recobrar ânimo e a ter esperança no caminho fraterno que nos deve unir e fortalecer. Agir é ir em busca de metas, é prever um fim, uma chegada, um reencontro connosco e com os outros.



E se nada disto fazemos, é porque afinal não agimos, estamos imobilizados, paralisados, vivemos simplesmente numa espécie de cerimonial de aparências e de celebração de memórias... onde, por vezes, apenas o pensamento nos desassossega... Por tudo isto, **URGE AGIR!**

Afinal, de entre os caminhos que podemos seguir na vida, para o Homem Maçon existe um que é mais importante. É aquele que fará de nós um genuíno ser humano. Um genuíno Homem-Novo. Mas não há Homem-Novo sem Ação e Transformação!!! Assim, a tríade pautada pela Liberdade, Igualdade e Fraternidade, consistirá em seguirmos por esse caminho de ação e transformação e por ele, prosseguirmos sempre, sem hesitação, sem descanso, sem vacilar.

Desta forma, o exemplo de um Maçon até pode ser suave e discreto na sua forma, mas nunca nos seus princípios. É a fortaleza dos seus princípios, que o faz caminhar e servir!

É esta convicção que o faz **AGIR!!**

Este, é o maçon que dirá sempre: Não posso parar, nem esmorecer! Quero participar! Decidir! Partilhar! Testemunhar! Construir! Quero caminhar sem pressa de chegar. Não quero levar aquilo que tenho. Mas sim, aquilo que aprendi e que sou!

Ação a que aqui aspiramos, é uma mudança de atitude na vida de todos nós. É um agir que convida a que retiremos todas as máscaras... é um Agir fortemente embebido do espírito de **TRANSFORMAR** e **SERVI**R! É um agir que transcende a mera celebração de qualquer rito, baseado apenas num espaço de contemplação do passado e da memória, para energicamente, questionarmos o presente que queremos transformar!

Tal como Mafalda Veiga, direi: *“Só hoje senti que o rumo a seguir levava para longe; Senti que este chão já não tinha espaço para tudo o que foge; Não sei o motivo pra ir, só sei que não posso ficar; Não sei o que vem a seguir, mas quero procurar”*

Quase em jeito de despedida, recordo o dia, em que a imagem arquetípica do galo foi convocada entre nós, qual despertador da humanidade... a fim de nos dar estímulo e sentido para um novo despertar desta nossa família humana, a qual, contudo, teima e persiste em adormecer...

Lembro por isso, as palavras adaptadas de João Cabral Neto, quando um dia nos disse: *“Um galo sozinho não tece a manhã, ele precisa sempre de outros galos, de um que apanha aquele canto primeiro e o lance a outro e a outro ainda, até que aquele primeiro canto se cruze com muitos outros cantos, para que então a manhã, desde uma ténue teia, vá tecendo o seu esplendor entre todos os galos, e o dia, possa finalmente ter lugar”!*

Lembremo-nos da expressão *“Memento mori”* e procuremos por isso, deixar o mundo um pouco melhor de que o encontrámos e talvez quando chegar a nossa vez de morrer, possamos por isso, morrer, quem sabe... mais felizes!

Carlos Simões



Referências bibliográficas

Amnistia Internacional Informe (2020/2021). O estado dos direitos humanos no mundo.

Couto, M. (2005). Os sete sapatos sujos. Oração de sapiência por Mía Couto-Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique.

Jung, C. (1964). O Homem e os seus símbolos. Editora Nova Fronteira (1ª Edição).

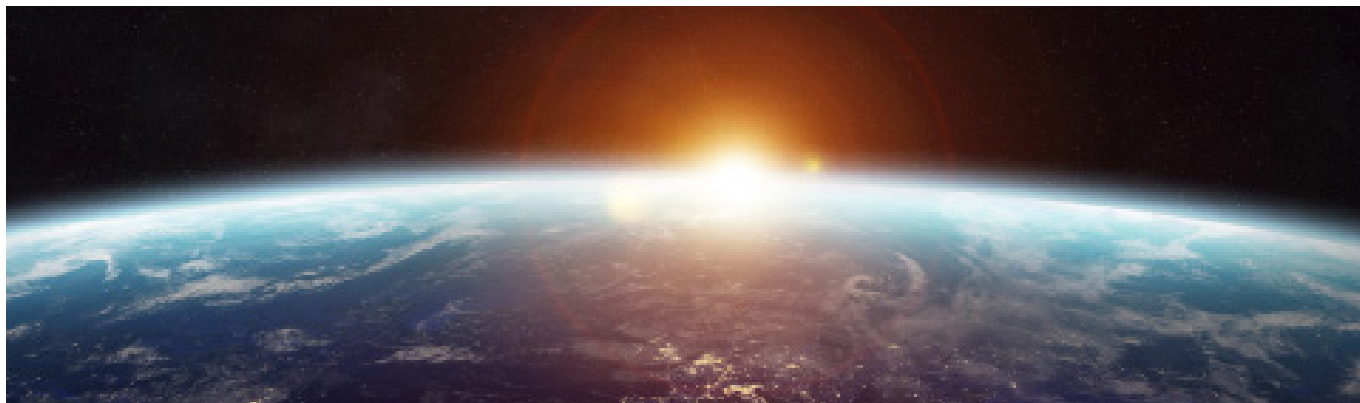
Martins, O. (in) Arnaut, A. (2017). Introdução à Maçonaria. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Melo, J. C. (2008). A Educação pela Pedra. Editora Objetiva Lda. Rio de Janeiro.

PNUD (2020). Relatório do Desenvolvimento Humano: A Próxima Fronteira.

UNICEF (2020). Child Labour: Global estimates 2020, trends and the road forward.

Veiga, M. (1999). Um pouco de céu (in álbum Tatuagem). Edições Valentim de Carvalho.



por vezes, na nossa pequenez, olhamos para a linha do horizonte e parece-nos que é ali mesmo que o mundo acaba e sentimo-nos confinados ao nosso círculo egológico husserliano, atados à definição primeira como se não tivéssemos tido tempo de acabar de ler o livro e, portanto, coartados na nossa capacidade de construir qualquer coisa que vá mais além, literalmente incapazes de alargar horizontes

o presente número desta nossa publicação digital, do Soberano Capítulo Fraternidade, tem por tema de capa alterações, mas não temos capacidade de abordar todas, nem sequer todas as que sempre se desenvolveram à nossa frente no âmbito do nosso horizonte pessoal

todo o mundo está a mudar, como sempre, mas parece que agora a um ritmo um pouco mais acelerado, devemos por isso em primeiro lugar mantermo-nos atentos e depois intervir, onde e quando a razão e o coração nos aconselharem

a maçonaria filosófica e especulativa surge nos século das Luzes, surge em ambiente de grandes mudanças sociais e sobretudo de alterações de atitudes e modos de pensar e consolida-se ao longo do tempo como método e como projeto, método que se esgotaria em si mesmo se não houvesse projeto, projeto que não singraria se não tivesse método

em particular o Rito Francês baseando-se numa firme Tradição iniciática, que radica nos mitos e narrativas simbólicas que os nossos predecessores foram estabilizando a partir do séc XVIII, nunca descartou a Modernidade, consequentemente a capacidade de avaliar e agir em conformidade com os sempre novos desafios e alterações que o mundo e a sociedade constantemente nos apresentam

as alterações com que atualmente nos confrontamos, científicas, tecnológicas e sociais, sobretudo sociais, chamam-nos a intervir e atuar no sentido de corrigir e melhorar tudo aquilo que somos e tudo aquilo que temos, sempre a par com os que nos acompanham, sabendo que não é possível haver Homem melhor sem melhores Sociedades

pensando livremente, agindo racionalmente e libertando-nos da pequenez e da alienação, pugnaremos por caminhar para novos horizontes que sabemos existirem para além da ténue linha visível

o nosso progresso individual só fará sentido enquanto contribuir para aprofundar a reflexão coletiva ao serviço do desenvolvimento da humanidade através do projeto emancipador corporizado pela maçonaria, libertando-nos dos apelos restritivos à liberdade de consciência e de expressão que carregam em si o retorno ao obscurantismo e às ideias e práticas antigas que, por vezes, julgávamos já esquecidas

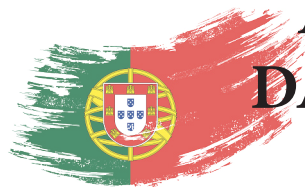
as alterações em si, que em todo o mundo e em todas as épocas sempre foram uma constante, ora são boas, ora nem tanto, os desafios são imensos e os perigos que escondem, esses sim, são bem reais

ousando pensar, ousando agir, o nosso propósito é ir mais longe, justamente, em direção ao horizonte

Alberto Lourenço

RITO FRANCÊS

A POSSÍVEL SOBREVIVÊNCIA DAS ORDENS DO RITO FRANCÊS EM PORTUGAL E NO BRASIL



Introdução

Desde que as Ordens de Sabedoria foram revivificadas no seu país de origem, na década de 60 do século XX, muito se tem discutido, relativamente à possibilidade de ter havido uma eventual continuidade da sua prática, nas Maçonarias de dois países para os quais foram transmitidas por Irmãos decorados com estes Graus, no princípio do século XIX. Em concreto, esta sobrevivência dos Altos Graus do Rito Francês poderia ter-se verificado tanto no Brasil como em Portugal, atendendo à importância que o Rito Francês teve no desenvolvimento das Maçonarias destes dois países, com Histórias Maçónicas que se tocam. A possível atividade ininterrupta das Ordens de Sabedoria no Brasil, justificou aliás a concessão de Cartas Patente, por parte do Supremo Conselho do Rito Moderno deste país, a várias Jurisdições Europeias e Americanas. Mas, esta sobrevivência dos Altos Graus do Rito Francês fora de França, durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, terá sido real ou é mítica?

A este respeito, e em resposta a trabalhos muito pouco fundamentados, que têm vindo a aparecer em defesa desta hipótese de linha iniciática ininterrupta das Ordens de Sabedoria no Brasil, bastante já foi escrito por autores como Paul Leblanc¹, Pierre Mollier², ou Roger Dachez³, que levantaram dúvidas no que diz respeito a esta prática contínua, desde a sua introdução neste país, na segunda década do século XIX. Contudo, por falta de fontes relativas à Maçonaria Brasileira, esta análise não tinha ainda sido suficientemente detalhada de modo a poder ser apresentada uma prova concreta de se ter verificado uma descontinuidade da presença dos Altos Graus do Rito Francês neste seu percurso Sul-Americano, muito embora todos estes autores tenham concluído de que tal poderia ter sucedido, entre o final do século XIX, e a segunda metade do século XX.

Porque não pode haver prática Maçónica sem Rituais, procurou-se analisar os documentos de referência Portugueses e Brasileiros deste período, tentando identificar as suas fontes, relacionando-os com Rituais franceses da mesma época. A informação extraída destes documentos, conjugada com elementos que se encontram presentes na regulamentação que se encontrava em vigor, nas Obediências e Grandes Capítulos Portugueses e Brasileiros, permite tirar conclusões inequívocas nesta matéria.

Portugal

Em Portugal, entre 1834 (fim da Guerra Civil) e 1869, a Maçonaria esteve dividida em várias Obediências, de linhagem mais ou menos proveniente do Grande Oriente Lusitano original, fundado em 1802. Na maior parte delas praticou-se o Rito Francês⁴.

¹ Leblanc Paul, “*La Patente dite Brésilienne*”, 2013.

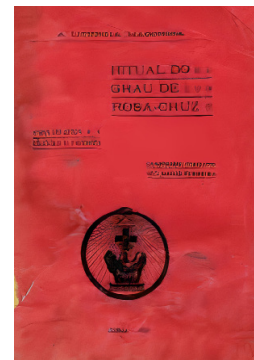
² Mollier Pierre, “*À l’origine du Grand Chapitre Général du Grand Orient de France: la section “Rite Français” du Grand Collège des Rites (1826-1999)*”, 2013.

³ Dachez Roger, “*Note sur la transmission des Grades Capitulaires du Rite Français du Grand Orient de France*”, 2013.

⁴ A este respeito ver Ventura, António “*Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*”, Circulo dos Leitores, Lisboa, 2013.

Em 1869 deu-se a reunião da “*Família Maçónica Portuguesa*”, agregando-se todos estes Corpos no Grande Oriente Lusitano Unido⁵, cujo Rito Oficial era o Rito Francês⁶, que permaneceu maioritário até ao final no século XIX. De acordo com a sua Constituição de 1871⁷, o GOLU tinha a jurisdição de todos os Graus até ao Rosa Cruz (IVa Ordem RF, 18º Grau REAA)⁸, decorrendo sob os auspícios do Supremo Conselho do 33º Grau, os trabalhos dos Graus Escoceses subsequentes. Se o enquadramento das Lojas Simbólicas era da competência do Conselho da Ordem, os Capítulos (tanto do RF como do REAA) dependeram, a partir de 1878⁹, do Soberano Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz, que se tratava de um órgão da Obediência, que só veio a ser efetivamente instalado em 1885¹⁰, e teve a sua Lei Orgânica aprovada nesse mesmo ano¹¹.

A Constituição de 1907¹² veio alterar o âmbito de competências do Soberano Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz, que passou a ser a suprema Câmara do Rito Francês¹³, responsável pela elaboração dos Rituais de Referência deste Rito. Nessa qualidade, o Soberano Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz procedeu, a partir de 1909, a uma revisão dos Rituais dos Graus Simbólicos, aproximando-os dos que se encontravam em prática no Grande Oriente de França¹⁴ (Revisões Amiable de 1887, e Blatin de 1907)¹⁵.



No GOLU, entre 1870 e 1930, existiram mais de 50 Capítulos assentes em Lojas do Rito Francês¹⁶. O único grau praticado nestes Ateliers foi o Rosa Cruz¹⁷, tendo a sua atividade sido regulamentada em 1914, através de um documento normativo denominado de “*Constituição do Rito Francês*”¹⁸. Este regulamento

5 Ver Ventura, António “*Uma História da Maçonaria em Portugal...*”.

6 Ver Anuario / do / Gr.: Or.: Lusitano Unido / Sup.: Cons.: da Maç.: Portuguesa / Selo GOLU / 1906 / filete / A Liberal – Oficina Typographica / 216, Rua de S. Paulo, 216 / Lisboa – 1907 /, na sua pag. 39: “*Com efeito, o rito francês – o rito oficial do nosso Grande Oriente Lusitano Unido, conforme as disposições da base 5ª da junção...*”.

7 Constituição / do / Grande Oriente Lusitano Unido / Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa / 1871 / desenho / Lisboa / Imprensa de J. G. Sousa das Neves / 65 – Rua da Atalaia – 67 / 1871 . Cota BNP S.C. 11852//10 P.

8 Ver artigos 42º e 57º da Constituição do GOLU de 1871.

9 Ver Constituição / do / Grande Oriente Lusitano Unido / Supremo Conselho / da Maçonaria Portuguesa / desenho alegórico / Lisboa / Imprensa de J. G. Sousa das Neves / 65, Rua da Atalaia, 67 / 1878 /.

10 A este respeito ver: Anuario / do / Gr.: Or.: Lusitano Unido / Sup.: Cons.: da Maç.: Portuguesa / Selo GOLU / 1906 / filete / A Liberal – Oficina Typographica / 216, Rua de S. Paulo, 216 / Lisboa – 1907 /, no qual é feito um ponto de situação relativo ao Soberano Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz, nas suas págs. 12 e 13. Em concreto, na pág. 12 é referido: “*Um livro contendo actas desde a instalação do Sob.: Gr.: Cap.: (26 de novembro de 1885) até 8 de abril de 1892...*”.

11 A este respeito ver: Lei Organica / do / Soberano Grande Capítulo de Rosa Cruz / e / Capítulos Subordinados / Selo do Soberano Grande Capítulo / Lisboa / Typographia da Viúva Sousa Neves / 65, Rua da Atalaia, 67 / 1885 /. Nos termos do Artº 1º desta Lei Organica, “*O soberano grande capitulo de rosa cruz é o poder supremo em tudo quanto se refere aos graus sublimes e aos capitulos da mesma denominação de qualquer rito que sejam, em conformidade do art 11º nº 3 e § único do acto adicional*”.

12 A este respeito ver: Boletim Oficial / do / Grande Oriente Lusitano Unido / Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa / filete / Suplemento / contendo a Constituição de 31 de Dezembro de 1907, / o Regulamento Geral Provisório e legislação avulsa / Selo do Grande Oriente / 31 de Dezembro de 1907 (e.: v.:) / este opúsculo não é destinado à publicidade / Lisboa / filete / Rua do Grémio Lusitano, 35 /.

13 Nos termos do Artº 85 da Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido de 1907, “*O Soberano Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz é o poder superior, em matéria liturgica, em tudo quanto se refere ao rito francês, e rege-se pela presente Constituição e pela sua lei organica*”.

14 No que concerne aos Rituais praticados no Grande Oriente de França neste período, ver Marcos, Ludovic “*Histoire du Rite Français au XIXème siècle*”, Paris, EDIMAF – Éditions Maçonniques de France, 3ª edição, 2016.

15 O Ritual de Aprendiz aprovado pelo Soberano Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz, e editado na brochura: Ritual / do / Gr.: de Ap.: / do / Rito Francez / ou / Moderno / gravura alegórica / Anno de 1909 (e.: v.:) / filete / 09-11 – Typ. Leiria – Rua da Horta Secca, 62 a 66 / . teve por fonte o Ritual de Referência do GOdF de 1887, conhecido na História do Rito Francês como “*Revisão Amiable*”. Os Rituais de Companheiro e de Mestre publicados entre 1909 e 1920 por Matos Ferreira, na coleção “*A Liturgia Maçónica*”, correspondem a traduções do Ritual de Referência do GOdF, de 1907, denominado de “*Revisão Blatin*”.

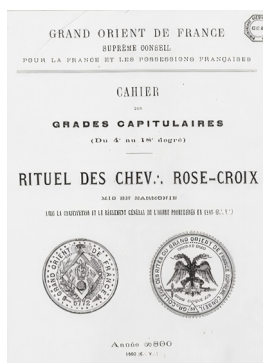
16 Encontra-se uma relação exaustiva destes Capítulos em Oliveira Marques, A. H. de, “*Dicionário de Maçonaria Portuguesa*”, Lisboa, Editorial Delta, 1986, Vol. I, pags. 261 a 263.

17 A este respeito ver o Art.º 34º da Constituição do Rito Francês, aprovada em 31 de dezembro de 1914, e revista em 19 de julho de 1922.

18 Este documento foi editado na brochura: Liberdade – Igualdade – Fraternidade / Constituição / do / Rito Francês / do / Grande Oriente Lusitano Unido / Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa / Selo do Soberano Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz / Rua do Grémio Lusitano, 35 / 1915 /.

foi reeditado em 1925¹⁹. Nos termos do seu artigo 7º, nº1, competia ao Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz “*Velar pela glória da Maçonaria em geral e pelo esplendor e prestígio do Rito Francês em particular, tendo em vista o seu progressivo desenvolvimento, inspirando-se nos modernos trabalhos do Grande Oriente de França, que o criou, e tratar da alta significação filosófica dos símbolos maçónicos*”.

Como se pode constatar no seu artigo 34º, para todas as Ordens compreendidas entre a Mestria e o Rosa Cruz, estes Graus não eram praticados, sendo simplesmente conferidos administrativamente, porque não havia Rituais aprovados²⁰, e nunca chegou a haver. Mas qual era o Ritual que era utilizado para a IVa Ordem (em Portugal mais correntemente denominada de Grau 7), nos Capítulos de Rito Francês do GOLU?



Estes Ateliers Superiores utilizaram, comprovadamente a partir do início do século XX, um Ritual de Rosa Cruz, que era comum aos Capítulos Escoceses. O mesmo foi publicado em 1913²¹, e reeditado em 1920²², integrado numa coleção de Rituais coligida por Matos Ferreira²³, denominada “*A Liturgia Maçónica*”. Mas, para se poder avaliar da efetiva prática dos Altos Graus do Rito Francês por estes Ateliers, importava averiguar qual foi a fonte a partir da qual este Ritual foi traduzido. Tendo em conta que, a partir de 1909, tinha havido o cuidado de alinhar os Rituais dos Graus Simbólicos com as versões correspondentes utilizadas no Grande Oriente de França, era provável que o mesmo tivesse também acontecido com o Ritual Rosa Cruz, que igualmente era o único grau praticado nos Capítulos desta Obediência francesa.

Da análise de vários documentos desta época, editados pelo Grand College des Rites – Suprême Conseil do Grande Oriente de França, concluiu-se que o Ritual praticado por todos os Capítulos Portugueses (RF e REAA), e publicado por Matos Ferreira, é uma tradução do documento: GRAND ORIENT DE FRANCE / SUPRÊME CONSEIL / POUR LA FRANCE ET LES POSSESSIONS FRANÇAISES / CAHIER / DES / GRADES CAPITULAIRES / (Du 4º au 18º degré) / RITUEL DES CHEV. ROSE-CROIX / MIS EN HARMONIE / AVEC LA CONSTITUTIONS ET LE RÉGLEMENT GÉNÉRAL DE L'ORDRE PROMULGUÉS EN 1885 (E.: V.:) / Années 1890 (E.: V.:) /.

Assim, todos os Capítulos do Grande Oriente Lusitano Unido, fossem do Rito Francês ou do Rito Escocês, utilizaram, durante o século XX, o mesmo Ritual que os Capítulos do Grande Oriente de França, aprovado pelo Grand Collège des Rites, que era na realidade um Supremo Conselho do Grau 33 do REAA.

As Ordens de Eleito Secreto, Grande Eleito Escocês, e Cavaleiro do Oriente (Ia à IIIa Ordem) nunca foram conferidas em Portugal de outra forma distinta da comunicação²⁴, só tendo sido começado a ser praticadas no século XXI.

Em 1939, já no período da clandestinidade, todas as Lojas e Capítulos do Rito Francês passaram para o Rito Escocês Antigo e Aceite, sendo o Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz integrado no Supremo

19 Este documento foi editado na brochura: Liberdade – Igualdade – Fraternidade / Constituição / do Rito Francês / do Grande Oriente Lusitano Unido / Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa / Selo do Soberano Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz / 1925 / Tipografia do Grémio Lusitano / Rua da Atalaia, 130 / Lisboa /.

20 Nos termos do Artº 34º da Constituição do Rito Francês, “*Os trabalhos de um Capítulo realizam-se, com todas as formalidades litúrgicas, no grau de Rosa-Cruz [...] Os trabalhos nos graus intermediários realizar-se-hão também com formalidades litúrgicas, logo que haja rituais aprovados...*”.

21 Editado na brochura: A Liturgia Maçónica / Ritual do / Grau de / Rosa-Cruz / Para os Ritos / Escocês e Francês / Compilado pelo / Ir.: Matos Ferreira / Gravura alegórica / Lisboa – 1913 /.

22 Editado na brochura A Liturgia Maçónica / Ritual do / Grau de / Rosa-Cruz / Para os Ritos / Escocês e Francês / Compilado pelo / Ir.: Matos Ferreira / 2ª Edição / Gravura alegórica / 1920 /.

23 António Augusto de Matos Ferreira (1877-1931), funcionário público, iniciado em 1907 na Loja Pureza, com o Nome Simbólico de Lavoisier, foi também membro das Lojas Acácia, e Solidariedade. Ascendeu ao Grau 33 do REAA em 1919. A seu respeito ver: Madeira de Castro, Daniel “*História de uma Loja Centenária*”, Lisboa, Outra Perspetiva, 2021, pag. 252.

24 A este respeito ver Grave dos Santos, Joaquim e Tomás Vianna, Cléber “*As fontes das primeiras traduções Portuguesas de elementos Rituais dos Altos Graus do Rito Francês (1804-1834)*”, Lisboa, Revista de Maçonaria, nº 2, pags. 145-159.

Conselho do 33º Grau²⁵. Em consequência, o Rito Francês deixou de existir, em Portugal, só tendo as Ordens de Sabedoria sido revivificadas em 2003.

Não podemos, pois, considerar que a situação verificada nos Soberanos Capítulos do Rito Francês do GOLU tenha sido substancialmente diferente da que ocorreu em França, no mesmo período. Atendendo a que a fixação dos Altos Graus do Rito Francês compreendeu desde início cinco Ordens²⁶, questiona-se, assim, se se poderá considerar que existiu continuidade deste sistema no seu todo em Portugal, desde a sua introdução, nos primeiros anos do século XIX, até ao ano do seu desaparecimento (1939), quando as cerimónias das Ia, Ila, e IIIa Ordens nunca foram efetivamente realizadas, a IVa Ordem foi praticada durante o século XX com recurso ao mesmo Ritual do 18º Grau REAA utilizado pelos Capítulos deste Rito do Grande Oriente de França, e a Va Ordem nunca foi conferida, no nosso país, antes do século XXI. Do nosso ponto de vista pessoal, afigura-se ser inequívoco que, em Portugal, se poderá apenas considerar ter havido uma continuidade de prática do Grau Rosa-Cruz, presente tanto no Rito Francês como no REAA, desde as primeiras evidências da realização efetiva de cerimónias deste tipo, que remontam à “*Abertura Liberal*” de 1820-1823²⁷ e 1939.

Brasil

O Rito Francês chegou ao Brasil, na década de 20 do século XIX, tendo a Maçonaria neste país tido uma História muito atribulada, caracterizada por múltiplas cisões de Obediências. Apesar deste condicionamento, consegue-se constatar que o Rito Francês esteve presente nas mais importantes, estabelecendo a Constituição de 1839 do Grande Oriente do Brasil, a existência de um Grande Colégio dos Ritos, destinado a regular todos os Ritos praticados na Obediência (Moderno ou Francês, Adonhiramita, e Escocês Antigo e Aceite)²⁸. Em 1842, este Grande Colégio dos Ritos foi reorganizado por Manoel Joaquim de Menezes, sendo considerado pelas atuais Jurisdições Brasileiras como tendo sido este o ano de fundação da primeira Câmara Chefe do Rito Moderno neste país²⁹. Por alteração da Constituição, verificada em 1855, a jurisdição dos Ritos Moderno e Adonhiramita passou a ser assegurada pelo Sublime Colégio dos Ritos Azuis³⁰, que não era um corpo independente do GOB, sob cujos auspícios continuavam a trabalhar os Capítulos de todos os Ritos. Este organismo teve o seu Regulamento aprovado em 1858³¹.

Em 1874, a jurisdição do Rito Adonhiramita foi retirada deste Corpo Maçónico, que passou a designar-se de Grande Capítulo do Rito Moderno ou Francês, e assim aconteceu até 1951³². Nesse ano, as Jurisdições de Altos Graus de todos os Ritos tornaram-se independentes do Grande Oriente do Brasil, que passou a ter sob os seus auspícios apenas Lojas Simbólicas. O Grande Capítulo reorganizou-se, e passou a

25 Ver Acordo entre o Supremo Conselho dos Inspetores Gerais do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito, e o Soberano Grande Capitula de Cavaleiros Rosa Cruz, celebrado em 24 de março de 1939, e homologado pelo GOLU mediante o Decreto nº 7, da mesma data. Neste último refere-se: “*Atendendo a que no próprio Gr. Or. de França deixaram de existir os Capítulos do Rito Francês; [...] decretamos para valer como Lei e para que se cumpra e se faça cumprir: Artº 1º - É homologado o acordo celebrado, nesta data, entre o Sup. Cons. dos Insp. Gerais do Gr. 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito, e o Sob. Gr. Cap. de CCav. Rosa Cruz do Rito Francês ou Moderno...*”.

26 Ver: Statuts et Reglemens Généraux du Grand Chapitre Général de France (manuscrito), aprovados em 19 março 1784, em concreto no seu Artigo 29º “...*Le G Chap G renfermera toutes ses connaissances dans cinq ordres...*”. Este documento encontra-se reproduzido em Mollier, Pierre “*Les hautes grades du Rite Français Histoire et textes fondateurs Le Régulateur des Chevaliers Maçons*”, Paris: Éditions Dervy, Collection Renaissance Traditionnelle, 2019.

27 A este respeito ver Grave dos Santos, Joaquim e Tomás Vianna, Cléber “*As fontes das primeiras traduções Portuguesas de elementos Rituais dos Altos Graus do Rito Francês (1804-1834)*”, Lisboa, *Revista de Maçonaria* nº 2, pag. 154.

28 A este respeito ver Tomás Vianna, Cleber “*Rito Francês ou Moderno – Fundação, usos e costumes no Brasil*”, Salvador/Bahia, Edição por demanda, 2018, pag. 28.

29 Ver Tomás Vianna, Cleber “*Rito Francês ou Moderno ...*”, pags. 27-32.

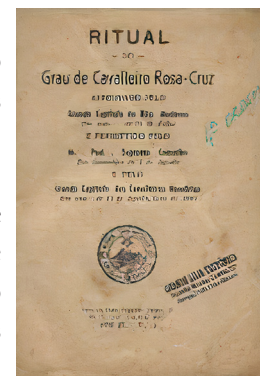
30 Ver: Constituição / do / G. Or. do Brasil / *Gravura alegórica* / Rio de Janeiro / Emp. Typ. – Dous de Dezembro – do Ir. Paula Brito, / Impressor da Casa Imperial / 1855. /, nomeadamente no que é estipulado nos Artigos 1º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, e 13º.

31 Ver Tomás Vianna, Cleber “*Rito Francês ou Moderno ...*”, pag. 27.

32 Ver Tomás Vianna, Cleber “*Rito Francês ou Moderno ...*”, pag. 28.

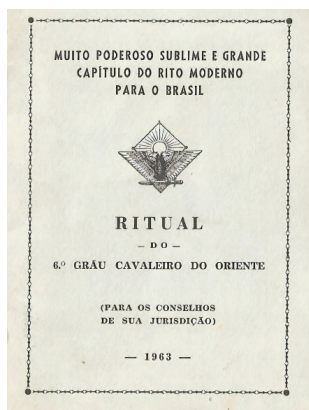
designar-se, em 1954, de Muito poderoso e Sublime Capítulo do Rito Moderno para o Brasil³³, e em 1976 de Supremo Conselho do Rito Moderno para o Brasil³⁴, organismo este que conferiu Cartas Patente para a prática dos Altos Graus do Rito Moderno a várias Jurisdições estrangeiras.

Se a nível institucional aparentemente se consegue traçar uma linha de continuidade entre as sucessivas Jurisdições, que regularam o Rito Moderno no Brasil, a questão que se coloca é se tal corresponde a uma tradição de prática efetiva ininterrupta das Ordens do Rito. E nessa matéria, tal como fiz para Portugal, procurei tirar conclusões pela via dos Rituais.



O mais antigo Ritual de Referência destas Jurisdições, que pude obter, corresponde a um Ritual do Grau de Cavaleiro Rosa Cruz do Grande Oriente do Brasil, editado em 1935³⁵, que de acordo com informação referida na sua capa, teria sido aprovado pelo Grande Capítulo do Rito Moderno em Sessão de 21 de julho de 1891, e permitido pelo Muito Poderoso Supremo Conselho (REAA), em Sessão de 1 de agosto do mesmo ano, e pelo Grande Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas (Rito Adonhiramita), em Sessão de 11 de Agosto também do mesmo ano. Este Ritual terá suportado os Trabalhos dos Capítulos Brasileiros destes três Ritos, entre 1891 e, provavelmente, 1951 (ano em que estas Jurisdições se separaram do GOB). Na sua primeira página, começa por referir que “*Os graus intermediários (desde o 4º até ao anterior ao de Rosa-Cruz) são conferidos por comunicação e com uma recordação respetiva*”, donde se conclui que, pelo menos durante 60 anos, o Rosa Cruz foi o único Grau efetivamente praticado nos Capítulos do GOB, em qualquer um destes três Ritos. Mas qual foi a fonte deste Ritual ?

Uma simples comparação permite concluir, que tal como nos Capítulos Portugueses, este Ritual aprovado no Brasil em 1891, corresponde igualmente a uma tradução do Ritual editado em 1890 pelo Grande Oriente de França, resultando evidente que na primeira década do século XX os Soberanos Capítulos Franceses, Portugueses, e Brasileiros trabalharam com perfeita uniformidade de práticas, o que não espanta, dado tratarem-se de Obediências com grande alinhamento filosófico. Aliás, no ano seguinte (1892), o mesmo Grande Capítulo do Rito Moderno, em Sessão de 23 de junho, introduziu nas Lojas Simbólicas deste Rito do Grande Oriente do Brasil a revisão Amiable (GOdF 1877), suprimindo-se a invocação do Grande Arquiteto do Universo dos Rituais³⁶.



Estes aspetos levantam outra questão: quando é que as Cerimónias da Ia à IIIa Ordem passaram a ser realizadas no Brasil ? O mais antigo Ritual que consegui encontrar relativo a estes Graus, é um referente à IIIa Ordem (Cavaleiro do Oriente), editado em 1963 pelo Muito Poderoso Sublime e Grande Capítulo do Rito Moderno para o Brasil³⁷, cuja principal fonte é o livro do autor Português Miguel António Dias “*Bibliotheca Maçónnica*”, que teve a sua primeira edição em 1834³⁸, e que corresponde a uma tradução do “*Régulateur des Chevaliers Maçons*”³⁹. Tal indicia que esta

33 Ver Tomás Vianna, Cleber “*Rito Francês ou Moderno ...*”, pags. 28-29. Os Estatutos do Sublime Capítulo do Rito Moderno para o Brasil encontram-se publicados no Diário Oficial (Secção I), de 12 de Junho de 1954 (pag. 10575).

34 Ver Tomás Vianna, Cleber “*Rito Francês ou Moderno ...*”, pag. 30.

35 Ritual / do / Grau de Cavaleiro Rosa-Cruz / aprovado pelo / Grande Capítulo do Rito Moderno / Em sess. de 21 de julho / E permitido pelo / M. P. Supremo Conselho / Em Assembleia de 1 de agosto / e pelo / Grande Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas / Em sess. de 11 de agosto, tudo de 1891 / Selo do Grande Oriente do Brasil / Typ. da Casa Vallete-Carino, 63 / Rio de Janeiro / 1935 (E. V.).

36 Ver Tomás Vianna, Cleber “*Rito Francês ou Moderno ...*”, pags. 14-15.

37 Ver: Muito Poderoso Sublime e Grande / Capítulo do Rito Moderno / Para o Brasil / Gravura alegórica com águia bicefala / Ritual / do / 6º Grau Cavaleiro do Oriente / (para os Conselhos / de sua Jurisdição) / 1963 /.

38 Ver: Bibliotheca / Maçónnica / ou / Instrução Completa / Do Franc-Maçon. / Obra / dedicada aos Orientes Lusitano e Brasiense, / Por um Cav. Rosa-Cruz. / Filete / Em casa de J. P. Aillaud / Quai Voltaire, nº 11. / 1840.

39 Ver: LE / RÉGULATEUR / DES CHEVALIERS MAÇONS, / OU / LES QUATRE ORDRES SUPÉRIEURS, / SUIVANT LE RÉGIME DU GRAND-ORIENT. / PRIX: 15 Fr. / A HÉRÉDOM. / SE TROUVE A PARIS / Chez les FF. / CAILLOT, Libraire, rue Saint-André-des-Arcs, Nº 57 / BRUN, rue Saint-Honoré, Nº 251, où l'on trouvera un / assortiment de décors pour tous les grades /.

Jurisdição, tendo-se tornado independente do GOB, procurou entre 1954 e 1963 reativar a prática das três primeiras Ordens, para dar conteúdo ao trabalho dos seus Capítulos, estabelecendo um paralelo com o REAA. Por falta de fontes rituais atualizadas francesas, os Rituais destas Ordens foram reescritos com base nos antigos Rituais de Miguel António Dias, dos quais só o de Rosa Cruz terá sido praticado em Portugal. Este objetivo levou a que, em 1998, a mesma Jurisdição tenha refundado a Va Ordem com base em dois novos Graus que criou: o 8º Grau Kadosch Filosófico, e o 9º Grau Cavaleiro da Sapiência.

Não me parece, pois, que se possa falar de qualquer continuidade iniciática dos Altos Graus do Rito Francês no Brasil no seu todo, uma vez que, tal como em Portugal, a mesma se resumiu ao Grau Rosa Cruz, e mesmo neste caso durante 60 anos o Ritual utilizado foi o mesmo dos Capítulos Escoceses do GOdF, do princípio do século XX.

Conclusões

Uma vez mais, este assunto é um bom exemplo de como a tradição Maçónica leva a construir mitos, que se consolidam quando se tornam úteis para legitimar Obediências e Jurisdições. Compete aos Historiadores da Maçonaria desconstruir estes mitos, observando os fatos Históricos com a necessária neutralidade axiológica, que lhes permita destriçar entre a realidade e a lenda.

Fixadas pelo Grande Capítulo Geral de França, num processo dinamizado pelo Irmão Røettiers de Montaleau, as Ordens de Sabedoria do Rito Francês tiveram um percurso Histórico que levou ao seu adormecimento, e à sua revivificação sob a égide do Grand Chapitre Général du Rite Français – GOdF, tendo os seus Rituais sido revistos à luz das ideias consagradas no Convent do GOdF de 1877, e que já se encontravam refletidas nos textos dos Rituais dos seus Graus Simbólicos. Mais do que a forma, em todo este processo de reanimação do Rito, houve o cuidado de preservar os valores filosóficos que orientaram os seus fundadores, no século das Luzes, princípios estes que todos os Grandes Capítulos signatários da Carta de Lisboa pretendem transmitir. É esta procura de coerência, e de sentido, que não se encontra, neste processo de reativação das Ordens no Brasil, o qual se desenvolveu mais em função das políticas Obediençiais e Jurisdicionais, e de uma procura de paralelismo com o REAA, do que a partir de uma reconstituição Histórica, e de uma reflexão sobre o Rito em si próprio. Reflexão esta que também começa a ser feita atualmente no Brasil, pelas Jurisdições e pelos estudiosos do Rito.

Joaquim Grave dos Santos



Portugal entre Colunas

O 5 de Outubro no Porto

“Na manhã do dia 6, embora a generalidade da imprensa da cidade continuasse a referir que se tinham registado graves acontecimentos em Lisboa, nada de concreto se sabia sobre as ocorrências da capital. Fervilharam boatos de toda a espécie, mas, como continuavam interrompidas as comunicações entre Lisboa e Porto, os Portuenses tiveram que aguardar até às 10,30 horas para finalmente ficarem a saber da proclamação da República” (1)



Foto: Campa de Rodrigues de Freitas no Cemitério do Prado do Repouso, Porto

A Implantação da República em 5 de Outubro de 1910, como se sabe, é consequência de vários acontecimentos que resultam da degradação do ambiente social existente, com tradução na Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820, que deu o nome ao até então designado “*Campo de Mijavelhas*”, atualmente Campo 24 de Agosto, com a aprovação dois anos depois da primeira Constituição e da revolta republicana de 31 de janeiro no Porto de 1891.

O diretório, que deu origem imediata ao 5 de Outubro, era formado por Teófilo Braga, Basílio Teles, Eusébio Leão, José Cupertino Ribeiro e José Relvas, recebeu do congresso o mandato imperativo de fazer a revolução. A parte civil era constituída por Afonso Costa, João Chagas e António José de Almeida, enquanto o Almirante Cândido dos Reis liderava a parte militar.

António José de Almeida ficou designado para a organização das sociedades secretas, como a Carbonária — em cuja chefia se integrava o comissário naval António Machado Santos, a Maçonaria, e a *"Junta Liberal"*, dirigida por Miguel Bombarda. A este médico ficou a dever-se a importante ação de propaganda republicana junto do meio burguês e que trouxe muitos simpatizantes à causa republicana.



Foto: Estátua de Afonso Costa no Campo 24 de Agosto, Porto



Ao que é possível apurar e de acordo com Sampaio Bruno, a criação do Centro Republicano do Porto foi uma obra de Alves da Veiga, a *“mais espontânea e persistente dedicação republicana moderna em Portugal”*, numa frase de elogio no pós-revolta de 31 de Janeiro. A primeira manifestação pública do Centro ocorreu com a cerimónia de trasladação das ossadas dos enforcados da Praça Nova, durante a revolução de 1828, da Igreja da Misericórdia, para onde tinham sido recolhidos, para um mausoléu no cemitério do Prado Repouso, em 17.5.1878. Uma oportunidade que os republicanos (então ainda poucos: Eduardo Falcão, Alexandre Braga, Augusto Luso, Tito Malta...) souberam aproveitar, com Alves da Veiga a discursar no cemitério sobre os mártires da liberdade.

António Pais

Bibliografia

CORDEIRO, José Manuel Lopes, História do Porto: desafios à república, Lisboa: Quidnovi, 2010

RAMOS, Rui (coordenação), História de Portugal, Lisboa: A esfera dos livros, 2009

Créditos fotográficos: António Pais

DEGUSTAÇÕES

JOABEN n.º 17 – Junho 2021 - “Raison, rumeurs et vérité”

Saiu no passado Junho, o número 17 da revista JOABEN, editada pelo Grand Chapitre Général du Grand Orient de France – Rite Français, desta vez com o tema de capa “Razão, rumores e verdade”.

No Editorial, o Mui Sábio e Perfeito Grande Venerável desta Jurisdição, o nosso Ilustre Irmão Philippe Guglielmi justifica a escolha deste tema com base na profunda crise, que a Razão atravessa nas nossas Sociedades contemporâneas, à qual se devem, para além de outras mistificações, os negacionismos verificados no decurso da presente pandemia. É referido que “A ignorância, antecâmara do obscurantismo, progride, e a dúvida não é mais uma virtude, mas sim um desporto em que “quem perde, ganha”, alimentando o irracional e as especulações mais loucas. A opinião desorientada pela informação instantânea, institui-se em crença em prejuízo da verdade”. O Irmão Guglielmi relembra que “A profunda reforma dos anos de 1786 e o efervescente trabalho de Røettiers de Montaleau e dos seus companheiros fundaram um sistema, que alia poderosamente simbolismo e facto social, especulação e realidade. Um dualismo essencial para que a Franco-Maçonaria não seja apenas pura exegese de lendas antigas, tingidas de religiosidade, mas uma verdadeira arma para salvaguardar e fazer prosperar os valores da República, frutos do século das Luzes, dos quais somos os herdeiros e os guardiões”. É nesse sentido, que “Mais do que nunca o nosso belo Rito Francês ergue-se como baluarte contra a intolerância”.

A revista inclui vários artigos de grande interesse, focalizados para aspetos Históricos ou Filosóficos associados a este tema. Os primeiros compreendem trabalhos do Irmão Christian Pessey, sobre o mito do complot judaico-maçónico (“Le prétendu complot Judeo-Maçonnique”), e do Irmão André Canivet sobre a alegada pertença de Napoleão Bonaparte à Maçonaria (“L’Hypothétique appartenance de Napoléon à la Franc-Maçonnerie”).



Como já é tradição da revista JOABEN, é no domínio dos trabalhos de carácter mais filosófico, que se encontram sempre reflexões inovadoras, que integram aspetos simbólicos associados aos Graus e às Ordens do Rito Francês, com aspetos do mundo contemporâneo, em prol de uma leitura atualizada do facto social, observado à luz dos valores Laicos e Republicanos, nos quais se fundamenta esta forma de Trabalho Maçónico. É neste tipo de reflexão, que se insere o trabalho do Irmão Jean-Michel Gelin (“Parole et Vérité au Rite Français”), no qual partindo

do Mito de Hiram nos propõe uma interessante reflexão sobre a procura da verdade no Rito Francês, e nas implicações de carácter metapolítico, que esta demanda pode ter, numa instituição como a Maçonaria, que congrega membros de distintas opiniões políticas.

Outro trabalho particularmente interessante é o do Irmão Jean-Francis Dauriac, que esteve recentemente entre nós, em representação da sua

Jurisdição, no Congresso dos Capítulos do Grande Capítulo Geral de Portugal – Rito Francês. No artigo “*Nous ne saurons jamais assez...*”, o Irmão Dauriac sublinha o facto de não existir o conhecimento absoluto, que determina a decisão de ação perfeita, realçando o aspeto pedagógico associado à ação, uma vez que o agir reforça sempre o conhecer. Daí que sustente a necessidade das nossas democracias reinventarem os seus processos de deliberação e de decisão, integrando as ferramentas essenciais, que são o progresso do conhecimento e a investigação, sem prejuízo de não deixarem de ser democracias, mesmo que imperfeitas, uma vez que alimentadas das nossas incertezas, e das nossas dúvidas.

Outros artigos abordam mais aspetos associados às irracionalidades coletivas dos tempos atuais, e à necessidade de mais Razão, e de mais verdade, nas nossas Sociedades.

Trata-se, pois, de mais um número da JOABEN, que constitui uma excelente leitura, não só para o Irmão ou para a Irmã que trabalhem num Capítulo Francês, como para qualquer Maçon interessado numa abordagem transversalizada da simbólica maçónica, entrecruzada com aspetos de carácter filosófico ou societário, associados ao mundo atual. Abordagem esta cada vez mais indispensável, em todas as Maçonarias que não pretendam limitar-se a ser o conservatório do imaginário de uma dada época, perfeitamente inútil e divorciado do Aqui e Agora, mas que, pelo contrário, aspirem continuar a ter razão de ser, num mundo em constante mudança.

Joaquim Grave dos Santos



DEGUSTAÇÕES

“Curiosités Maçonniques – Énigmes, intrigues, et secrets dans les Loges” de Pierre Mollier, com Prefácio de Jean-Pierre Lassalle

Foi lançada no passado mês de outubro, uma segunda edição substancialmente aumentada do livro do Irmão Pierre Mollier “*Curiosités Maçonniques – Énigmes, intrigues, et secrets dans les Loges*”, o qual já tinha saído em 2014, por iniciativa da Jean-Cyrille Godefroy édition. Esta obra, desta vez editada pela Éditions Dervy no âmbito da “*Collection Renaissance Traditionnelle*”, apresenta-se prefaciada pelo Irmão Jean-Pierre Lassalle.

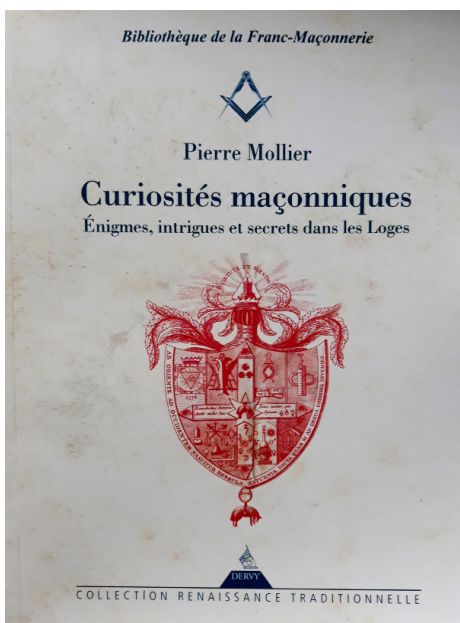
O Irmão Pierre Mollier trata-se de um autor sobejamente conhecido entre nós. Historiador, Diretor da Biblioteca do Grand Orient de France, Conservador do Musée de la Franc-Maçonnerie (Paris), e Redator-Chefe da prestigiada Revista “*Renaissance Traditionnelle*”, é autor de vasta historiografia relativa aos Ritos Maçónicos em geral, e ao Rito Francês em particular, da qual se destacam os livros “*Le Régulateur du Maçon, les grades symboliques du Rite Français: histoire et textes fondateurs*” (Éditions Dervy, Paris, 2018), e “*Les hauts grades du Rite Français: histoire et textes fondateurs, Le Régulateur des Chevaliers maçons*” (Éditions Dervy, Paris, 2017), que se julgam incontornáveis para todos os que se interessem pela História da génese e fixação deste sistema Maçónico. Muitos de nós se recordarão, certamente, da vinda deste Irmão a Lisboa, a convite da Respeitável Loja Acácia (GOL), e da excelente conferência, com o título “*Les grades symboliques du Rite Écossais Ancien et*

Accepté”, que ele nos apresentou em 4 de março de 2017, no decurso do Ágape associado à Sessão comemorativa do Aniversário desta Oficina.

No presente livro, o Irmão Pierre Mollier traz-nos alguns exemplos de pequenas histórias, que contribuíram para a grande História da Maçonaria, recordando aspetos hoje esquecidos, e ilustrando a enorme riqueza da vivência Maçónica, na qual se encontra bem presente a natureza humana. Daí, que nestes preciosos “*flash-backs*”, possamos identificar percursos, e comportamentos, que poderiam ter acontecido nas nossas Maçonarias atuais.

Muito embora o presente livro esteja muito centrado na Maçonaria Francesa, não deixam de ser recordados aspetos associados a duas Obediências Inglesas concorrentes da primeira Grande Loja, que hoje se encontram esquecidas da maior parte dos leitores, mas que começam a ser estudadas

com maior aprofundamento pelos Historiadores Britânicos. São elas a Grand Lodge of all England, cuja memória se perde nas brumas da cidade de York, e que resultou da transformação da Ancient Society of the Free-Masons of the City of York, em reação à fundação da Grande Loja de Londres e Westminster (1717/1721), e a Grand Lodge of all England South of the River Trent, que teve origem numa cisão da Loja Antiquity, liderada por William Preston.



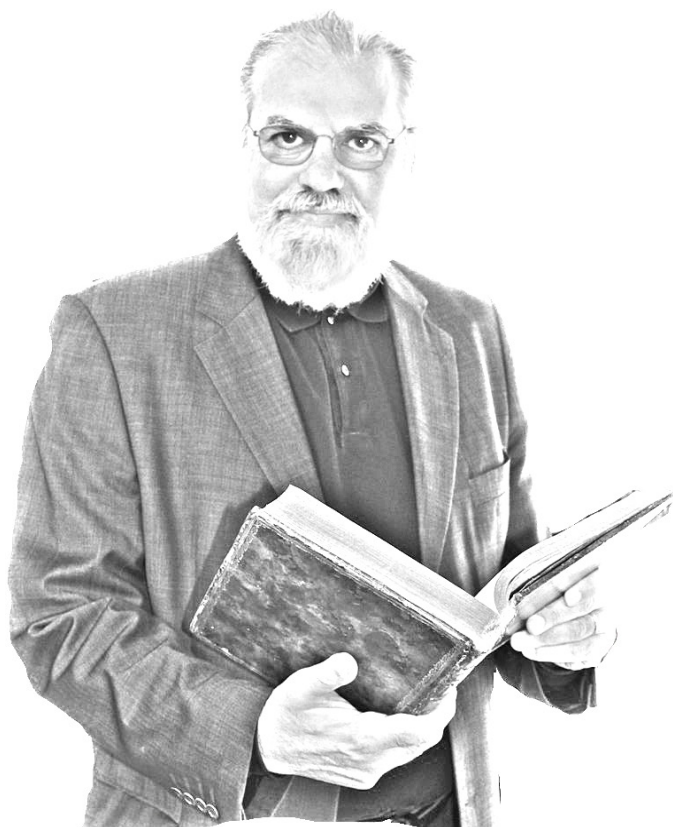
É nesta última que se veio a acolher uma Loja Francesa, La Parfaite Observance, na qual Pierre Lambert de Lintot desenvolveu o seu misterioso Rito em Sete Graus, sistema este que tem vindo a ser estudado pelo Historiador Britânico David Harrison, e que apresenta várias semelhanças de organização, nos seus Altos Graus, com o Rito Francês.

Entre episódios curiosos, e divertidos, Pierre Mollier aborda questões ainda não completamente esclarecidas, como são as relações entre a Maçonaria e a Compagnonnage, ou aspetos interessantes associados a objetos da cultura material Maçónica, como o são os ex-libris, as medalhas, ou os emblemas heráldicos, ilustrando-nos um tipo de investigação histórica pouco praticado entre nós, mas com um enorme potencial de possibilidades de obtenção de informação. Quantas vezes o único vestígio de existência de uma Oficina reside numa simples medalha de presença? Ou, o que se poderá encontrar por detrás de um ex-libris, ou de uma biblioteca?

Outro aspecto interessante referido neste livro são as relações entre Fouriérismo e Maçonaria. Se Charles Fourier não foi Maçon, viveu rodeado de Maçons, tendo pertencido à Ordem tanto Henri de Saint-Simon, como Pierre-Joseph Proudhon.

Trata-se, pois, de mais um livro muito interessante deste autor, que ao revelar aspetos divertidos da atividade dos Maçons e das Lojas prova, como refere no seu Prefácio Jean-Pierre Lassalle, que “...a franco-maçonaria não é exclusivamente composta de homens que confundem o sério com o lúgubre, leia-se sinistro...”. É, acima de tudo, uma imagem bem viva das pequenas vaidades, das ambições, das incoerências de percursos, e também da extrema dedicação, que se encontraram e encontrarão sempre em todas as Obediências Maçónicas, ou não fosse a Maçonaria uma imagem do humano, mesmo tratando-se de um humano em busca de aperfeiçoamento.

Joaquim Grave dos Santos



Ir. : Pierre Mollier



Arte Rupestre na "*Cueva de las Manos*", Patagônia